

convergência

MAIO • 1995 • ANO XXX N° 282

SOBRE A MÍSTICA QUE ANIMA A DEFESA DA VIDA DA CRIANÇA NO AT

Fr. Carlos Mesters o.carm

A MÍSTICA DO RELIGIOSO ADVOGADO E A ÉTICA NO JUDICIÁRIO

Paulo Umberto Stumpf sj



CRB
40
anos

convergência

SUMÁRIO

EDITORIAL

MÍSTICA EM UM TEMPO DE INCERTEZAS 225

Pe. Spencer Custódio Filho, sj

INFORME CRB 227

PALAVRA DO PAPA

A VIDA CONSAGRADA

DOS IRMÃOS NÃO SACERDOTES 231

SOBRE A MÍSTICA QUE ANIMA A

DEFESA DA VIDA DA CRIANÇA NO

ANTIGO TESTAMENTO 234

Frei Carlos Mesters, o.carm.

SEGUIMENTO DE JESUS,

CAMINHO VERDADEIRO E VIVO 247

Ir. Vera Ivanise Bombonato, fsp

A MÍSTICA DO RELIGIOSO ADVOGADO

E A ÉTICA NO JUDICIÁRIO 256

Paulo Umberto Stumpf, sj

VIDA RELIGIOSA É COMUNICAÇÃO 262

Pe. Augusto César Pereira, scj

RUMO AO COMLA 5

O EVANGELHO NAS CULTURAS 273

Grupo de Reflexão e Ação Missionária

ACOMPANHAMENTO VOCACIONAL 278

Pe. Victoriano Baquero, sj

NOSSA CAPA

Detalhe-arremate do Painel sobre os 500 anos de Vida Religiosa no Brasil, de autoria dos artistas populares Anderson Sousa Pereira, MSC, e Elda Broilo, SC. Mostra a caminhada ou, melhor, a marcha confiante da Igreja de hoje. O segredo é a fé. O seu Deus-Libertador é Jesus de Nazaré. Os pobres sustentam a cruz da Evangelização. Solidária com eles, segundo e seguindo o Evangelho, a Igreja participa de suas lutas na cidade e no campo. A Mãe de Deus, a Virgem Maria, Nossa Senhora da Conceição Aparecida, indica a direção do amanhã. Vai à frente. Religiosos, mulheres e homens, se misturam. Somos um povo que alegre vai. O caminho é a nossa casa. Sempre estamos indo. Peregrinos no campo, na cidade, na favela e muito mais. Nos olhos, muita luz. Lá, bem dentro, a esperança que conduz (Pe. Marcos de Lima, SDB).

ASSINATURA PARA 1995:

BRASIL: taxa única

Terrestre ou aérea R\$ 37,00

EXTERIOR: taxa única

Terrestre ou aérea R\$ 85,00

Número avulso (Brasil) R\$ 3,70

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.



convergência

Revista Mensal da
Conferência dos Religiosos
do Brasil: CRB

DIRETOR-RESPONSÁVEL:

Pe. Edênio Valle, SVD

REDATOR-RESPONSÁVEL:

Pe. Marcos de Lima, SDB (Reg. 12679/78)

EQUIPE DE PROGRAMAÇÃO:

Coordenador:

Pe. Spencer Custódio Filho, SJ

Membros:

Integrantes da Equipe de Reflexão Teológica
(ERT) da CRB-NACIONAL

DIREÇÃO, REDAÇÃO,

ADMINISTRAÇÃO:

Rua Alcindo Guanabara, 24 — 4º andar
Cinelândia — Tel.: (021) 240-7299
20038-900 — Rio de Janeiro — RJ

DIAGRAMAÇÃO E IMPRESSÃO:

Edições Loyola

Rua 1822 n. 347 — Ipiranga

04216-000 — São Paulo — SP

Tel.: (011) 914-1922

Registro na Divisão de Censura e Diversões Públicas do DPF sob o n. P.209/73

EDITORIAL

MÍSTICA EM UM TEMPO DE INCERTEZAS

- BIBLIOTECA -

R. Almeida Camacho, 21 - 4.º

Rio - RJ

Pe. Spencer Custódio Filho, SJ

Falar da necessidade de mística para viver os tempos atuais pode parecer a muitos um sinal de alienação, pois a palavra tem, em muitos círculos, a conotação de desligamento da realidade e dos desafios do mundo. Desde que a palavra mística passou da literatura teológica para o patrimônio e linguagem geral dos povos ocidentais, recebeu os mais diversos significados. No campo psicológico, por exemplo, a sua acepção vai do conhecimento intuitivo e emotivo ao êxtase. Não é, pois, de admirar que a mística cristã encontre mais de um equívoco. Alguns identificam-na com fenômenos espirituais extraordinários, como visões, audições especiais, estigmatização e levitação. Na teologia católica, a mística não aparece definida uniformemente. Isto é motivado pelo fato de a palavra não ser de origem cristã e seu significado ter se modificado no seio da tradição católica.

Na filosofia grega passou-se de uma relação cultural com a divindade para um conceito do fundamento divino do ser do mundo, escondido e velado nos ritos, nos mitos e nos símbolos, acessível somente a quem é capaz de um tal tipo de conhecimento, distinto da grande massa e moralmente preparado.

Nesse quadro de idéias, a palavra foi acolhida pelo uso cristão na teologia alexandrina de Orígenes. Assume um triplice significado: cultural, querigmático e teoló-

gico. "Místicos" são chamados os objetos de culto e os ritos litúrgicos, enquanto simbolizam um mistério divino. "Místico" é o sentido íntimo, espiritual da Sagrada Escritura. "Mística" é, sobretudo, a misteriosa e real comunhão do cristão com Cristo, experiência da presença e atividade divina na alma. No séc. IV se começa a designar *teologia mística* a doutrina da subida aos degraus mais altos da experiência de Deus e da íntima união com Ele. Isto vai levar nos séculos seguintes, particularmente no XVII, a identificar a mística com os graus mais altos da união de conhecimento e amor com Deus, isto é, a contemplação em sentido estrito, particularmente a chamada contemplação infusa. Daqui se entende como, pouco a pouco, se perde a consciência do fundamento teológico da mística, gerando uma separação entre *ascese* e *mística* em detrimento de ambas.

Nos tempos mais recentes estamos recuperando a união destes dois elementos acima citados. É recuperada, antes de tudo, a idéia do Novo Testamento de que a experiência mística de fé, operada diretamente por Deus, é acessível com relativa facilidade a todo cristão e, efetivamente, se realiza com frequência (Ef 1,17; 3,19; Cl 1,9; 2,2; 3,10). Consiste num deixar-se embeber por um relacionamento amoroso gratuito, mais do que um simples conhecer. Não se trata de uma exceção à lei geral da 'graça, nem de um privilégio de poucos escolhidos, mas de um aspecto e um fruto

da fé e do amor vivido, dado por Deus através do Espírito que faz seguir Jesus. A mística do NT é, pois, por sua própria natureza, sempre a mística de Cristo; e, visto que a principal manifestação de Cristo foi a sua oblação na cruz para que "todos tenham vida, e a tenham em abundância", percebe-se que o sinal da verdade dessa experiência é o engajamento solidário na cruz do Senhor.

É desta mística que trata o presente número de **CONVERGÊNCIA**. Em um primeiro artigo *Sobre a mística que anima a defesa da vida da criança no Antigo Testamento*, fr. **Carlos Mesters, o.carm.**, analisa a experiência espiritual suscitada a partir da luta de quatro mulheres em defesa da vida ameaçada das crianças, desencadeando o Êxodo: Sefra e Fua, as parteiras, e Jocabed e Miriam, a mãe e a irmã de Moisés. Nova experiência de Deus com nova experiência da vida geram um novo agir missionário que deixa transparecer os vários aspectos do contexto deste agir: econômico, social, familiar, político, jurídico, ideológico, religioso, cultural... A mística gerada por essas mulheres desperta forças adormecidas e desconhecidas nelas mesmas e em seu povo, criando um novo começo que superasse a dependência e a apatia.

Como já lembrado acima, a mística cristã tem o seguimento de Jesus como seu referencial fundamental. Ir. **Vera Ivanise Bombonato, fsp**, nos recorda em seu artigo que a compreensão e correta relação deste referencial registra historicamente constantes esforços de fidelidade e também inúmeras tentativas de manipulação. Responder à luz do Espírito à pergunta: *E vós, quem dizeis que eu sou?* tornou-se uma questão central para a mística de nossos tempos.

Em uma situação bem concreta, o desafio do exercício profissional da advocacia em um país e uma realidade como a

que vivemos no Brasil, é que se coloca o texto de **Paulo Umberto Stumpf, sj**, apresentado e discutido no II Encontro Nacional de Religiosos/as Advogados/as, promovido pela CRB-Nacional no final do ano passado. O direito entendido como meio técnico, objetivo, de uma racionalidade instrumental a serviço de pretensões que poderão ser reconhecidas apenas como interesses não amparados pela Ordem Jurídica ou como direitos que a legalidade jurisdicional assegura, pode fazer passar para um segundo plano, e até mesmo eliminar, a presença da mística no exercício profissional do religioso/a ou do cristão/ã. Um texto desafiador e atual no momento em que, no 1º de Maio, mais uma vez relembramos o Dia do Trabalho... Já pe. **Augusto César Pereira, scj.**, assessor de Comunicação da CNBB, nos alerta para outra área profissional onde a mística própria da vida consagrada poderia ter uma presença mais efetiva ou será, pergunta ele, "que é tão frágil que não resiste a um apelo televisivo?".

Também a preparação do COMLA 5, que nossas páginas têm acolhido em cada número, por meio de um texto do Grupo de Reflexão e Animação Missionária, traz a questão da relação entre mística e cultura. Por fim, p. **Victoriano Baquero, sj**, analisa diferentes aspectos do *Acompanhamento Vocacional* entrecruzando a experiência psicológica e a mística. **CONVERGÊNCIA** espera estar, assim, contribuindo para que da oração e da reflexão cresça cada vez mais em nós o encontro da experiência mística do seguimento de Jesus com a ascense do serviço, de tal modo que nos seja possível proclamar que "já não mais sou eu quem vive, é Cristo que vive em mim" (Gl 2,20).

ARTIGOS PARA CONVERGÊNCIA

enviar para

Pe. SPENCER CUSTÓDIO FILHO sj

Avenida L 2 Norte — Q 601 B

BRASÍLIA-DF 70830-010

1. AS IRMÃS DA ASSUNÇÃO EM RUANDA

Desde a década de 50, as Irmãs da Assunção estão presentes num pequeno país bem no coração da África: Ruanda. País pequeno, mas que carrega um grande problema histórico, o do antagonismo das duas etnias que compõem o seu povo — os tutsi e os hutu.

As causas deste antagonismo são complexas e vêm crescendo há séculos. Nelas encontramos raízes políticas, econômicas e sociais, “ajudadas” também pelas mãos mais recentes dos colonizadores. Ao longo de sua história, houve vários momentos de enfrentamento com derramamento de sangue entre as duas etnias.

As irmãs viveram três destes momentos: o que eclodiu na década de 50, quando estávamos no país havia poucos anos; o da década de 70, que nos atingiu mais duramente, já então havia irmãs provenientes de ambas as etnias, o que foi causa de muito sofrimento, pois por vezes na mesma comunidade havia irmãs cujas famílias se haviam dizimado mutuamente; e, finalmente, essa de 1994, cuja violência vimos pelos jornais e pela televisão. Esta sim, foi a mais dura para nós, visto que seis de nossas irmãs — entre as quais duas noviças — foram assassinadas, partilhando assim da sorte de seu povo massacrado. São elas:

- Ir. Gratia Maria Kangofero (58 anos)
- Ir. Maria Kristofa Nyirabatware (55 anos)
- Ir. Alphonse Marie Nyirangilimana (50 anos)

- Ir. Boniface Eugénie Mukabera (48 anos)
- Ir. Anne Marie Mukashema (30 anos, noviça)
- Ir. Hilda Maria Mulandinda (28 anos, noviça)

Havia em Ruanda uma Província com cerca de 70 irmãs, das quais apenas quatro não eram ruandesas. Atualmente, a província está em diáspora: há irmãs nos grandes acampamentos de refugiados, sobretudo no Zaire, ajudando o povo a se reorganizar e cuidando dos órfãos de guerra; há irmãs que, junto com uma parte do povo, estão lentamente podendo voltar para um país que foi arrasado pela violência; há ainda outras que, por um certo tempo, terão de ficar em outros países. Enquanto se espera para ver que novos rumos o país vai tomar e a que novos apelos a Igreja em Ruanda terá de responder, duas irmãs de lá virão por uns tempos para o Brasil. Quando a situação estiver mais clara, poderão retornar, enriquecidas por uma nova experiência eclesial.

2. REFLEXÕES DIANTE DA REFORMA CONSTITUCIONAL

Vários Regionais da CNBB ou grupos específicos têm solicitado subsídios para melhor se orientar diante da Reforma Constitucional. A Presidência da CNBB e CEP (28 a 30/03/95) se encontraram com alguns Ministros e refletiram, em conjunto, sobre o tema. Não foi emitida nenhuma nota. Esta reflexão é uma tentativa de articular alguns elementos das idéias que perpassaram nestas conversas.

A Igreja Católica no Brasil se sente corresponsável, de forma toda especial, pela Constituição de 88 porque participou ativamente da sua gênese, colaborou com sua elaboração, convicta que um ordenamento jurídico sólido é uma exigência ética fundamental para um país realmente democrático.

A proposta "Por uma nova ordem Constitucional", declaração pastoral emitida por ocasião da 24ª Assembléia Geral da CNBB, abril de 1986, consolidou uma aliança com muitos dos artigos da Constituição Cidadã.

Dois princípios éticos básicos estiveram sempre presentes nos pressupostos da CNBB, em busca de uma Carta Magna com critérios democráticos:

a. A consciência da importância da participação dos cidadãos nas decisões políticas levou-a a defender que “só uma população que participa faz sua a Constituição”.

b. A perspectiva dos pobres, dos excluídos, como juizes da democracia, a coloca em defesa de conquistas sociais quando ameaçadas.

Estes critérios impulsionaram o acompanhamento à Constituição, em todo o seu ciclo, inclusive a Revisão Constitucional, em 1993/94. À luz destes critérios, trabalhamos em conjunto com outras entidades da Sociedade Civil, somando posições, contribuindo para a formação da consciência do nosso povo.

A Reforma Constitucional que toma corpo, a partir do novo Governo, neste ano de 1995, tem suas características específicas:

1. As propostas de reformulação tramitarão mediante os ditames previstos na própria Carta Magna, conforme o artigo 60 da Constituição, através de emendas a serem aprovadas em dois turnos, em ambas as Casas, com um quorum de 3/5 dos membros;

2. São encaminhadas num momento internacional complexo em que a nova ordem mundial revela toda sua fragilidade e vulnerabilidade, pela exclusão dos mais pobres.

3. Coincidem com o início de um Governo que se preocupa com a estabilidade da moeda, mediante o Plano Real, querendo cortar, pela raiz, o câncer da inflação;

4. As emendas em circulação se propõem levar em consideração esta nova realidade, em nível nacional e internacional.

Ainda não temos condições de vislumbrar o alcance da Reforma da Carta Magna. Torna-se, ainda, difícil avaliarmos as conseqüências para a vida do nosso povo.

Algumas preocupações já podem, contudo, ser explicitadas:

1. Mesmo reconhecendo que a Constituição possa sempre ser aperfeiçoada, não foram ainda criados canais operativos para que a sociedade acompanhe as propostas do Executivo, já em discussão no Congresso Nacional;

2. A extensão da Reforma, ainda não delimitada, exige que sejam explicitados os princípios filosóficos e o projeto de sociedade pretendido;

3. Sem entrar em aspectos técnicos, o modelo de Desconstitucionalização, com o intuito de enxugar a Carta Magna, poderá expurgar ditames sociais já adquiridos, levando-os para Leis Complementares ou Ordinárias, mediante um quorum menor;

4. As emendas até agora emitidas, em seu conjunto, não mostram ainda sensibilidade para medidas de interesse social; a globalização da economia do país não o dispensa de uma autonomia soberana e de um controle interno para uma superação da exclusão social gritante entre nós.

À luz destas considerações, podemos explicitar ponderações para o trabalho pastoral. Devemos avaliar cada emenda à

Constituição, sem preconceitos mas sem esquecermos pressupostos já assumidos em outras oportunidades:

a. Estamos convencidos da necessidade de que os valores éticos sejam os norteadores do processo de desenvolvimento do nosso país, procurando uma radical inversão das prioridades para a nossa sociedade;

b. Para tanto, urge lutarmos contra as distorções sociais, buscando maior equanimidade para chegarmos a superá-las;

c. Direitos adquiridos na Constituição, sobretudo em benefício dos mais pobres, não podem ser atingidos pela Reforma;

d. No caso concreto do novo Plano de alteração do Sistema Previdenciário, não nos está claro como serão considerados os que não serão incluídos no novo Sistema da Seguridade Social, isto é, os já excluídos da sociedade, do meio rural e urbano;

e. Continuamos fiéis aos princípios indispensáveis ao bem comum, em boa hora unidos a outras entidades da sociedade civil que tenham as mesmas perspectivas, independentes de facções partidárias.

Nossas comunidades eclesiais são chamadas a um discernimento sempre renovado, iluminadas pela Palavra de Deus. Precisamos agir com a responsabilidade de “participarmos da construção de uma sociedade justa e solidária, a serviço da vida e da esperança... a caminho do Reino definitivo.

Pe. Ernanne Pinheiro
Assessoria Política da CNBB

3. UM GRITO NUM MOMENTO DE VIOLÊNCIA

A Encíclica Evangelho da Vida é uma carta aberta do Papa dirigida aos membros da Igreja Católica e a todas as pessoas de

boa vontade. Ela trata sobre “o valor e a inviolabilidade da vida humana”. As preocupações da Encíclica se abrem com a “impressionante multiplicação e agravamento das ameaças à vida das pessoas e dos povos”. Violências institucionalizadas e expressas na fome, miséria, degradação das relações de trabalho, prisões arbitrárias, escravidão, prostituição são algumas ameaças explicitamente mencionadas.

Mas a Encíclica dá maior ênfase a outras formas de ameaça “abertas pelo progresso científico e tecnológico”. Estas são especialmente o aborto e a eutanásia. A estas aproxima outras questões conexas como a contracepção, a reprodução artificial, o diagnóstico pré-natal, o problema demográfico, a pena de morte, o suicídio, o homicídio.

A Encíclica basicamente reafirma as posições oficiais da Igreja já conhecidas sobre cada uma das questões. Mas dá a elas agora uma força maior de argumentação e de autoridade. Em três momentos o Papa invoca sua autoridade de sucessor de Pedro para confirmar a ilicitude da morte do inocente, do aborto direto e da eutanásia ativa. Suas palavras têm algumas características do que na Igreja se chama de “definição ex cathedra”.

Uma novidade da Encíclica está sem dúvida na forma de tratar as questões. A argumentação é fortemente centrada na estruturação social que configura uma “cultura de morte” contrária à vida. Cultura anti-solidária, “ativamente promovida por fortes correntes culturais, econômicas, políticas, portadoras de uma concepção efficientista da sociedade”. Uma verdadeira “conjura contra a vida”; “guerra dos poderosos contra os débeis”. Trata-se de uma ameaça à própria democracia, pois leva nossa sociedade de “conviventes” a ser uma “sociedade de excluídos, marginalizados, erradicados e suprimidos”.

No enfoque sociocrítico, a Encíclica assume alguns conceitos e expressões frequentes na Teologia da Libertação. Fala de "estrutura de pecado", a violência subjacente à má distribuição das riquezas, a "consciência moral" da sociedade. Menciona constantemente a ameaça de morte sobre os pobres, marginalizados e excluídos da sociedade; os mais fracos e inocentes. E ao mesmo tempo mostra como estes são os preferidos de Deus. Refere-se, até mesmo, à experiência de libertação do Egito como uma "experiência constitutiva e paradigmática".

Em mais de um momento reconhece a pressão a que estão submetidos os pobres e reconhece explicitamente que estas "circunstâncias podem atenuar, mesmo até notavelmente, a responsabilidade subjetiva e, conseqüentemente, a culpabilidade daqueles que realizam tais opções em si mesmas criminosas". Poderia estar aqui contemplada a recente polêmica que, a partir de entrevista com a freira Ivone Gebara, tivemos no Brasil em torno de mulheres pobres que abortam.

Uma grandeza da Encíclica certamente está na dimensão mais ampla de sua análise em que se contrapõe a uma estruturação violenta e mortífera de sociedade. O Papa conclama a todos para uma crítica à mentalidade social individualista, pragmática e eliminadora dos pobres, dos fracos e indefesos. Fala da necessidade de uma "mobilização geral das consciências e um esforço ético comum", para se construir juntos "uma nova cultura da vida". Reafirma a transcendência como fonte de um sentido novo para a vida presente, para o sofrimento, a reprodução, os relacionamentos humanos. Sem isto, entraríamos em um "eclipse" de sentido de nossa própria existência. Mesmo quem não se agradasse com algumas conclusões específicas da Encíclica, não poderia deixar escapar a importância de se levantar à voz em meio a uma sociedade em que a vida de multidões vale cada vez menos.

Pe. Márcio Fabri dos Anjos, cssr.

PALAVRA DO PAPA

A VIDA CONSAGRADA DOS IRMÃOS NÃO SACERDOTES

1. Nos Institutos religiosos compostos em geral de sacerdotes, não faltam “irmãos” que deles são membros a título pleno, embora não tenham recebido as ordens sagradas. A sua qualificação é às vezes expressa com o nome de “cooperadores”, ou com outros termos equivalentes. Nas antigas Ordens mendicantes chamavam-se geralmente “irmãos leigos”. Nesta expressão, o termo “irmãos” significa “religiosos” e a determinação “leigos” quer dizer “não ordenados sacerdotes”. Se depois se considera que nalgumas antigas Ordens tais religiosos eram chamados “Frades Conversos”, percebe-se facilmente um aceno à história das suas vocações, na maioria dos casos, isto é, uma referência à *conversão* que, na origem, os havia incitado à escolha do dom total de si a Deus, no serviço aos “Frades Sacerdotes”, depois de anos de vida transcorridos nas várias carreiras do mundo: administrativas, civis, militares, mercantis etc.

Em todo caso, permanece decisiva a palavra do Concílio Vaticano II, segundo o qual “a vida religiosa laical... constitui um estado em si completo de profissão dos conselhos evangélicos” (Decreto *Perfectae caritatis*, 10). O empenho no ministério sacerdotal não é requerido pela consagração, que é própria do estado religioso, e por isso mesmo sem a Ordenação sacerdotal um religioso pode viver plenamente a sua consagração.

2. Se se olha para o desenvolvimento histórico da vida consagrada na Igreja, nota-se um fato significativo: os membros das primeiras comunidades religiosas eram chamados indistintamente “irmãos” e, na grande maioria, não recebiam a ordenação sacerdotal, porque não tinham vocação para o ministério. Um sacerdote podia entrar na comunidade, mas sem poder pretender privilégios por causa da Ordem sagrada. Na falta de sacerdotes, qualquer um dos “irmãos” era ordenado para o serviço sacramental à comunidade. No decorrer dos séculos, a proporção dos monges sacerdotes ou diáconos, em relação aos sacerdotes, foi crescendo. Progressivamente, estabeleceu-se uma decisão entre membros clérigos e “irmãos” leigos ou conversos. O ideal de uma vida consagrada sem sacerdócio é vivo ainda em São Francisco de Assis, que pessoalmente não sentia a vocação para o ministério sacerdotal, ainda que tenha aceito, em seguida, ser ordenado diácono. Francisco pode ser considerado como exemplo da santidade de uma vida religiosa “laical” e, com o seu testemunho, mostra a perfeição que este modo de vida pode alcançar.

3. A vida religiosa laical jamais cessou de florescer no decurso dos séculos. Também na nossa época ela permanece e atua numa dúplice linha de desenvolvimento. Por um lado, temos um certo número de irmãos leigos admitidos em diversos Institutos *clericales*. O Concílio Vaticano II faz

uma recomendação a respeito deles: "Para que seja mais íntimo o vínculo de fraternidade entre os religiosos, aqueles que dão pelo nome de irmãos conversos, coadjutores, etc., estejam estreitamente unidos à vida e aos trabalhos da comunidade" (PC,15).

Há depois Institutos *laicais* que, reconhecidos como tais pela autoridade da Igreja, têm, em virtude da sua natureza, índole e objetivo, uma função própria, definida pelo Fundador ou por uma legítima tradição, que não inclui o exercício das Ordens sagradas (cf. CIC, cân. 588). Estes "Institutos de irmãos", como são chamados, desempenham precisamente uma função própria, que tem em si mesma o seu valor e reveste uma utilidade específica na vida da Igreja.

4. O Concílio Vaticano II pensa em particular nestes Institutos laicais, quando manifesta o seu apreço pelo estado de vida religiosa laical: "O sagrado Concílio, que a tem em grande estima, tão útil ela é à missão pastoral da Igreja na educação da juventude, cuidados dos doentes e outros ministérios, confirma os seus membros na vocação e exorta-os a adaptar a sua vida às exigências modernas" (PC, 10). A história recente da Igreja confirma o importante papel desempenhado pelos religiosos destes Institutos, sobretudo nas obras de ensino e de caridade. Pode-se dizer que em muitos lugares são eles que têm ministrado aos jovens uma educação cristã, fundando escolas de todos os tipos e graus. São ainda eles que têm criado e dirigido Institutos de assistência para doentes impedidos por dificuldades físicas e psíquicas, fornecendo-lhes também edifícios e equipamentos de que necessitam. Por isso, deve ser admirado e louvado o seu testemunho de fé cristã, de dedicação e de sacrifício, enquanto é para desejar que a ajuda dos benfeitores — tal como ocorreu na melhor tradição cristã — e as subvenções dispostas

na moderna legislação social lhes permitam cada vez mais cuidar dos pobres.

A "grande estima" afirmada pelo Concílio demonstra que a autoridade da Igreja aprecia muito o dom oferecido pelos "irmãos" à sociedade cristã nos séculos, e a cooperação por eles prestada à evangelização e ao cuidado pastoral e social dos povos. Hoje, mais do que nunca, pode-se e deve-se reconhecer o papel histórico e a sua função eclesial de testemunhas e ministros do Reino de Cristo.

5. O Concílio dispõe que os Institutos de irmãos possam se beneficiar do ministério pastoral, necessário ao desenvolvimento da sua vida religiosa. É este o sentido da declaração com que ele resolveu um problema muitas vezes discutido, dentro e fora desses beneméritos Institutos, ou seja, que "nada obsta a que nos Institutos de Irmãos, permanecendo embora firme a sua índole laical, alguns dos membros recebam as Ordens sacras, por disposição do Capítulo geral, para atenderem às necessidades do ministério sacerdotal nas suas casas" (PC, 10). É uma oportunidade que deve ser avaliada, em ordem à necessidade dos tempos e dos lugares, mas em harmonia com a mais antiga tradição dos Institutos monásticos, que assim pode florescer. O Concílio reconhece esta possibilidade e declara que não há impedimento à sua atuação: mas deixa à suprema reunião de governo desses Institutos — o Capítulo Geral — pronunciar-se, sem dar um encorajamento explícito quanto a isto, precisamente porque tem a peito a permanência dos Institutos de "Irmãos" na linha da sua vocação e missão.

6. Não posso concluir este tema sem sublinhar a rica espiritualidade contida na qualificação de "irmãos". Estes religiosos são chamados a ser *irmãos de Cristo*, profundamente unidos a Ele, "primogênito entre muitos irmãos" (Rm 8,29); *irmãos entre si*, no amor recíproco e na coopera-

ção para o mesmo serviço de bem na Igreja; *irmãos de todos os homens*, no testemunho da caridade de Cristo para com todos, especialmente os mais pequeninos, os mais necessitados; *irmãos para uma maior fraternidade na Igreja*.

Infelizmente, nos tempos recentes observa-se, em alguns países, uma diminuição do número das vocações para a vida religiosa laical, tanto nos Institutos clericais como nos laicais. É necessário envidar um novo esforço para favorecer o incentivo dessas importantes e nobres vocações: um novo esforço de promoção vocacional, com um novo empenho de oração. A possibilidade de uma vida consagrada "laical" deve ser exposta como via de autêntica

perfeição religiosa, também nos antigos e novos Institutos masculinos.

Ao mesmo tempo, é de grande importância que nos Institutos clericais, dos quais fazem parte também irmãos "leigos", estes tenham um papel adequado, de maneira que cooperem ativamente na vida e no apostolado do Instituto. Depois é preciso encorajar os Institutos laicais a perseverarem na vida da sua vocação, adaptando-se ao desenvolvimento da sociedade, mas conservando sempre e aprofundando o espírito de dom total a Cristo e à Igreja, o qual se exprime no seu específico carisma. Peço ao Senhor que um número sempre crescente de irmãos possa enriquecer a santidade e a missão da Igreja.

(Audiência geral de 22/02/95)

SOBRE A MÍSTICA QUE ANIMA A DEFESA DA VIDA DA CRIANÇA NO ANTIGO TESTAMENTO¹

Frei Carlos Mesters, o.carm.*

Angra dos Reis — RJ

Quem vai redimir o povo
é a criança,
acolhida pela comunidade
em clima de festa.

A criança não é problema,
ela é a solução!

1. O PONTO DE PARTIDA A SITUAÇÃO DA CRIANÇA NO BRASIL: DESAFIO E APELO

Desde o Vaticano II e sobretudo desde Medellín e Puebla, ocorreu uma evolução importante na vida da Igreja Católica. Diante da situação dramática dos índios, criou-se o CIMI. Diante da situação cada vez pior dos agricultores, criou-se a CPT. Diante da situação dos operários, criou-se a CPO. Diante da situação dos pescadores, criou-se a CPP. São instrumentos novos de pastoral que ajudam estas classes e gru-

pos de pessoas a defender melhor sua vida, sua terra, seus direitos, sua identidade. Eles têm em comum o seguinte: surgiram por causa da fé renovada em Jesus e, como Jesus, defendem a vida, são ecumênicos, incomodam a sociedade estabelecida, provocam polêmica.

Houve, além disso, uma evolução no uso destes novos instrumentos. No início, por causa da dureza da situação, eram usados *para*. Insistia-se na *denúncia*. Depois, aos poucos, surgiu um trabalho *com*. Insistia-se na ajuda mútua e na *solidariedade*. Atualmente, sem abandonar estas duas linhas, se insiste também num trabalho *de*, e aqui as Igrejas contribuem mais na linha da *mística*.

Tudo isto revela a evolução que está ocorrendo na consciência que as Igrejas têm de si mesmas e da sua missão: lutar pela defesa da vida ameaçada do povo. Elas imitam a Jesus que disse: "Eu vim para que todos tenham vida e a tenham em abundância" (Jo 10,10).

Foi a situação dramática dos índios, operários, agricultores e pescadores que levou à criação destes novos instrumentos

1. Este artigo contém a primeira parte de uma reflexão feita a pedido da CRB em Belo Horizonte no encontro das religiosas e religiosos que trabalham com menor abandonado.

* O Autor: fr. Carlos Mesters, o.carm., é conhecido de todos pelo seu trabalho na área bíblica, principalmente no CEBI e no Projeto "Tua Palavra é Vida", além de publicações como "Deus, onde estás?", "Rezar os Salmos Hoje", "Paraíso Terrestre, Saudade ou Esperança?".

da Pastoral. Agora, é a situação dramática da criança e do adolescente que está levando à criação de uma nova ação Pastoral. São milhões de crianças abandonadas, marginalizadas ou carentes no Brasil. O número continua aumentando! Previsão de um futuro terrível, tanto para elas como para todos nós!

São sobretudo três coisas que chamam atenção, quando se analisa esta situação em vista de uma solução: 1. O despreparo total das famílias para poder enfrentar o problema. Pois a causa principal está fora do alcance delas. É a política econômica que produz a insuficiência da renda familiar e favorece o êxodo rural. 2. A desintegração do tecido social. A sociedade, do jeito que está, já não é capaz de enfrentar o problema. Ela apenas se defende contra o menor com um aparato policial cada vez mais forte. 3. A ausência de vida comunitária capaz de assumir uma ação em contrário para reverter a situação. Faltam organismos, comunidades e famílias que possam acolher o menor, ajudar os pais, oferecer uma saída.

Esta situação tornou-se um apelo à consciência de todos, independente do fato de a pessoa ser crente ou atéia. É o povo como um todo que está sendo questionado. Mas a situação da criança tornou-se um apelo sobretudo para a consciência cristã. Pois Jesus disse: "O que você fez para um destes meus irmãos mais pequeninos, *foi a mim que o fez!*" (Mt 25, 40). Com estas questões na mente vamos abrir a Bíblia. Neste artigo veremos somente o que nos diz o Antigo Testamento.

2. A SITUAÇÃO DA CRIANÇA NA ÉPOCA DO ANTIGO TESTAMENTO

Foi a luta de quatro mulheres em defesa da vida ameaçada das crianças que desencadeou o êxodo. A Bíblia conservou os

nomes delas: Sefra e Fua, as parteiras (Ex 1,15), Jocabed e Miriam, a mãe e a irmã de Moisés (Ex 6,20; 15,20). Elas tiveram a coragem de iniciar a resistência contra o sistema do faraó que tinha decretado o extermínio dos meninos.

O contexto mais amplo da luta destas mulheres era o seguinte: a Palestina, a terra de Canaã, pertencia ao império egípcio. O faraó controlava a região com o tributo, o exército e a ideologia que ensinava ser o Rei filho de deus. Controle sólido! Já tinha mais de quinhentos anos! Na Palestina, os reis locais, tanto os assim chamados *Reis de Canaã* como os Reis de Israel e de Judá, reproduziam o mesmo sistema.

Dentro deste mundo, qual era a situação da criança? Alguns fatos registrados na Bíblia ajudaram a ter uma idéia do contexto em que aconteceu a luta destas quatro mulheres. Vamos enumerar oito pontos, ligados entre si como oito galhos nascidos do mesmo tronco, da mesma raiz.

1. Sacrifícios de fundação

Quando alguém construía uma casa, um palácio, um templo ou uma cidade, costumava sacrificar um filho para que fosse enterrado debaixo das fundações. Era assim que a religião de Canaã procurava a proteção dos deuses para a casa, o palácio, o templo ou a cidade. Por isso, a cidade de Jericó foi reconstruída "pelo preço" de duas crianças (1Rs 16,34).

2. Sacrifícios humanos

Em épocas de crise, guerra ou desastre total, costumavam sacrificar algum filho pequeno para apaziguar a ira dos deuses. Este costume cananeu penetrou na vida do povo hebreu, cujos reis faziam "passar seus filhos pelo fogo" (2Rs 16,2-3; 21,6; 23,10; Jr 7,31; 19,5; 32,35; Ez 16,21; Lv 20,2-5; 18,21). No oráculo sobre os Montes de

Israel, Ezequiel chega a dizer: "Tu és uma devoradora de homens, tu privas de filhos a tua nação!" (Ez 36,13). Chegaram a fazer sacrifícios humanos no próprio templo de Jerusalém (Jr 7,6).

3. Controle da população

Com medo do crescimento numérico dos hebreus, o faraó decretou a morte dos meninos (Ex 1,16.22). O poder do rei sobre os súditos era absoluto, poder de vida e de morte. As meninas podiam viver (Ex 1,16). Alguns vêem nisto uma discriminação. O destino da mulher era gerar filhos para o opressor e dar prazer ao seu senhor.

4. O culto da fertilidade

Era um culto cananeu, promovido pelo poder público. Favorecia o acesso à divindade pelo contato com prostitutas sagradas, aumentava o número dos filhos para trabalhar e guerrear a serviço do rei e, assim, produzia crianças abandonadas. Além de desvirtuar o sentido do divino, este culto desintegrava o sentido do humano. A vida do profeta Oséias é um exemplo concreto de como este culto marginalizava a mulher e desintegrava as famílias. O nome simbólico das crianças indica a situação de abandono: Lo-Ruhamah, Sem-misericórdia; Lo-Ammi, Não-meu-povo (Os 1,6-9).

5. Filhos e filhas como escravos e escravas

A pobreza obrigava os agricultores endividados a vender seus filhos e suas filhas como escravos e escravas. Estes deviam trabalhar para o credor durante tanto tempo quanto fosse necessário para pagar as dívidas (Ex 21,7; Ne 5,1-5). Na época do exílio, a escravização foi total, do povo inteiro, mas a maior vítima era a juventude (Lm 5,13-15). Depois do exílio, continuava a situação de cativo que obrigava

os pobres a vender seus filhos e filhas como escravos e escravas (Ne 5,1-5).

6. Viúvas e órfãos

A influência da monarquia contribuiu para o enfraquecimento do sistema tribal e a desintegração do clã, da grande família. Por isso, começam a aparecer os pobres, as viúvas e os órfãos (Ex 22,21). As muitas guerras só faziam aumentar o número deles. Os órfãos e as viúvas não tinham a quem recorrer (Is 1, 17.23; 10,2). Viviam abandonados, entregues à caridade (Ex 22,7). O povo já não dava conta de garantir uma vida digna para todos, como o exigia a Lei (Dt 15,4).

7. Marginalização da mulher

A marginalização da mulher acentuou-se sobretudo depois do exílio. A mulher era excluída de toda a atividade pública. O que mais contribuiu para a sua marginalização foi a lei da pureza. A mulher era considerada impura por ser mãe, por ser esposa, por ser filha, por ser mulher (Lv 12,1-5; 12,2-4; 15,8). Junto com a mãe ficavam marginalizadas as filhas e os filhos pequenos!

8. Desintegração da vida

Durante o cerco de Samaria, a situação de fome chegou a ponto de duas mulheres combinarem entre si matar e comer seus próprios filhos. Comeram o filho da primeira. Mas a segunda não manteve a promessa. Aí, a primeira recorreu ao rei, para que ele obrigasse a outra a cumprir o prometido (2Rs 6,24-32). A mesma desintegração da vida apareceu durante o cerco de Jerusalém. As Lamentações de Jeremias falam de crianças famintas, abandonadas, assassinadas (Lm 1,5.15.18; 2,11-12.19), e de mães que chegaram a ponto de matar e comer seus próprios filhos (Lm 2,20; 4,10).

Este é o contexto em que o povo de Deus era obrigado a viver e conviver:

- Situação opressiva, gerada por uma falsa concepção de Deus e da vida.
- Sociedade desumana e abortiva que gerava marginalização, abandono e morte de crianças,
- legitimada pela religião oficial,
- mantida com a marginalização da mulher e a desintegração da família e do clã.
- A ideologia dominante fazia todo mundo pensar assim.
- Humanamente falando, não havia saída.

Diante deste sistema idólatra de morte, a reação do povo de Deus foi de enfrentamento e de luta constante. Não do povo todo, pois, como vimos, a ideologia dominante tinha minado a resistência e encontrava seus defensores até entre os próprios Reis e Sacerdotes de Israel. Também hoje entre nós, apesar de todo mundo ser cristão, muita gente apoiou o militar aposentado que matou o menor Joílson a pontapé na praça da Sé em São Paulo. Muitos cristãos aprovam os policiais que mataram as crianças na Candelária no Rio de Janeiro.

Porém, tanto na Bíblia como hoje, uma minoria profética nunca aceitou nem aceita a ideologia dominante e sempre lutará em defesa da vida ameaçada das crianças. Na Bíblia, esta minoria soube encontrar os instrumentos adequados para conduzir a luta e obter algum resultado. Foi a sua *fé em Javé* e o seu *amor à vida* que foram capazes de abrir uma brecha nesta muralha impenetrável e de encontrar uma saída. É o que vamos ver agora.

3. AMOR À VIDA E FÉ EM DEUS. A FONTE DA MÍSTICA QUE ANIMOU A DEFESA DA VIDA DAS CRIANÇAS

1. O início: História e Símbolo

É bom lembrar sempre que o êxodo do povo de Deus como um todo começou com a defesa da vida ameaçada das crianças! Foram quatro mulheres que, para defender a vida dos meninos condenados à morte, começaram a reagir contra o sistema do faraó. A história destas mulheres, narrada bem no começo do livro do êxodo (Ex 1,15-22 e 2,1-10), fazia parte da memória do povo e era transmitida de geração em geração. Era lembrada com muito carinho, pois o povo conservou até os nomes das mulheres. Sempre de novo, nas reuniões e celebrações, ao longo dos séculos, esta história era relida e atualizada para despertar a consciência e provocar nos ouvintes a mesma ação em defesa da vida ameaçada das crianças. Por isso, a história das mulheres tornou-se símbolo, isto é, espelho crítico daquilo que o povo deve ser. Hoje temos tantas histórias bonitas do mesmo tipo que poderiam ser lembradas e narradas, de geração em geração, para despertar nova consciência em nós!

2. A motivação que anima a luta em defesa da criança

Conforme a narração, o que motivou Sefra e Fua, Jocabed e Miriam a iniciar a luta em defesa da vida ameaçada das crianças foram o amor à vida e o temor de Deus. *Amor à vida*, pois eram parteiras, eram mãe e irmã (Ex 1,15; 2,1-6). *Temor de Deus* (Ex 1,17), pois tiveram participação na nova experiência de Deus que rompeu com a ideologia dominante da "Escola do Faraó". Descobriram e experimentaram que Deus é Javé, isto é, presença gratuita e libertadora junto dos oprimidos (Ex 3,11-15). Como em Moisés, assim nelas, o sangue e a fé foram mais fortes que a ideologia (Ex 2,11-12). Esta dupla experiência, tanto de Deus como da vida, dava ao povo a luz para perceber a falsidade da religião que legitimava o extermínio dos menores

tanto no Egito como em Israel, e a coragem para desobedecer às ordens expressas tanto do Faraó como dos Reis.

3. Aquilo que o espelho da narração quer despertar no povo que nele olhava

Quem conta um conto aumenta um ponto. Porém, aumenta o ponto de acordo com a finalidade do conto! Como tantos de nós hoje em dia, aquelas quatro mulheres não tinham uma visão completa do sistema. O que havia nelas era um grande amor à vida e aos filhos e um enorme temor a Deus (Ex 1,17). Por causa disso tiveram a coragem de desobedecer à ordem do faraó e conseguiram ter uma incrível astúcia e criatividade: organizam-se entre si, não têm medo de esconder a verdade ao Faraó (Ex 1,19), conhecem a situação, sabem quando a filha do Faraó vai tomar banho no rio (Ex 2,3-7). Elas chegam a ponto de fazer o faraó pagar à mãe para ela criar o próprio filho (Ex 2,9)! Com outras palavras, o conto quer suscitar no leitor ou no ouvinte amor à vida, temor a Deus e, através disso, despertá-lo para maior astúcia, criatividade e organização.

E assim, cada vez de novo, durante toda a história do povo de Deus, foram sempre a fé em Deus e o amor à vida que, com criatividade renovada, levavam as pessoas a recomeçar a luta em defesa da vida ameaçada da criança.

4. NOVA EXPERIÊNCIA DA VIDA NOVA EXPERIÊNCIA DE DEUS

De um lado, a nova experiência da vida que o povo hebreu foi tendo em contato com Javé levou-o a condenar as práticas religiosas que causavam a morte das crianças. De outro lado, a nova experiência de

Deus que ele foi tendo em contato com a vida levou-o a condenar as imagens de Deus que não respeitavam a vida. Vamos ver alguns episódios relacionados com a defesa da vida da criança. Trata-se de histórias antigas com grande valor simbólico, que funcionavam mais como espelho do que como janela. Elas nos revelam os traços do rosto de Deus que acordava entre o povo na luta em defesa das crianças. Ao mesmo tempo, deixam transparecer os vários aspectos do contexto desta luta: econômico, social, familiar, político, jurídico, ideológico, religioso, cultural,...

1. "Deus ouviu os gritos da criança do jeito que ela está aí" (Gn 21,17.19)

Uma certeza percorre a Bíblia, a saber, Deus escuta o clamor do povo oprimido (Ex 2,23-25; 3,7-8). O clamor do pobre, do pequeno, é o outro lado do apelo de Deus. Neste contexto, adquire um sentido especial a história de Agar (Gn 21,8-21). Marginalizada e expulsa por Sara, sua patroa, Agar anda errante pelo deserto, carregando seu filho Ismael. Sem recursos, sem comida, não sabendo como enfrentar a situação, coloca o menino debaixo de uma árvore e se afasta: "Não quero ver morrer a criança!" (Gn 21,16). Sentou-se e começou a chorar e gritar. Mãe e criança choram! Aparece um anjo de Deus que diz: "O que é isso, Agar? Não tenha medo não! Deus ouviu os gritos da criança do jeito que ela está aí" (Gn 21,17). O anjo mandou que ela levantasse o menino e o segurasse com firmeza. Em seguida, assim diz o texto, "Deus abriu os olhos de Agar", e ela, de repente, enxergou um poço com água que antes não via (Gn 21,19). E o menino cresceu, lá mesmo no deserto, e se tornou uma nação forte (Gn 21,20-21).

A maior tentação é querer enquadrar Deus e reduzi-lo a uma peça dentro do sistema que nós mesmos montamos. Foi o

que fizeram tanto o faraó do Egito como os reis de Israel e Judá. Foi o que fez Sara, ao expulsar Agar. Ela tentou assegurar toda a herança só para Isaque (Gn 21,10). Mas a fonte renasceu em Agar! Apesar de expulsa do meio do povo, ela teve uma visão de Deus (Gn 16,7-16) e reencontrou os meios para defender a vida da criança. "Deus esteve com o menino, e o menino cresceu" (Gn 21,20).

Quando em épocas de crise a imagem tradicional de Deus já não diz mais nada ou quando ela é ofuscada pela imagem manipulada da ideologia dominante, aí sempre aparece uma minoria incômoda, feita de viúvas como Rute, de mães solteiras como Agar, de parteiras como Fua e Sefra ou de escravos fugitivos como Moisés, que reencontram a entrada da fonte, desobstruem o acesso e redescobrem que Deus é Javé, aquele que escuta o clamor, que está com os oprimidos e que defende a vida ameaçada das crianças, provocando a raiva tanto dos Reis como dos Sacerdotes do Templo. A fé neste Deus, sempre de novo, faz renascer a esperança e traz luz para descobrir novas saídas.

Uma experiência de Deus no meio do desterro e do abandono! Qual o seu efeito na vida? 1. Deus escuta o clamor da criança do jeito que ela se encontra, abandonada, quase à morte! 2. Faz com que Agar, escrava e mãe solteira, se restabeleça e se anime. 3. Abre os olhos da mãe e faz com que ela enxergue os meios de vida mesmo no deserto onde só existem desolação e morte. 4. Provoca iniciativas que fazem a criança crescer, não no ambiente de onde foi expulsa por Sara, mas sim no ambiente onde ela vive abandonada. Sinal de muita criatividade!

2. "Abraão! Não estenda a mão contra o menino!" (Gn 22,12)

Inicialmente, na época dos Reis, a história do sacrifício de Isaque (Gn 22,1-19)

era narrada como um alerta contra o costume dos cananeus de matar os filhos. A narração deixa transparecer como era forte a tentação de sacrificar os filhos em nome de Deus. Ela apresenta Abraão seguindo uma inspiração religiosa, obedecendo a um apelo de Deus que pedia o sacrifício do filho. No último momento, porém, o narrador faz saber que o Deus de Israel não quer esta morte (Gn 22,12). Ele condena as matanças de crianças que ocorriam em Israel (2Rs 16,3.34). Assim, a história apresenta Abraão, o pai do povo, como modelo a lutar em defesa da vida ameaçada da criança.

Mais tarde, depois do exílio, quando a tentação da religião dos cananeus já não existia mais, esta história foi reutilizada como tijolo velho numa parede nova. Agora, no atual contexto da Bíblia, ela serve para apresentar Abraão como modelo de fé: *crer até o ponto de admitir que seja possível nascer vida da própria morte* (Hb 11,19)! Apesar desta mudança no enfoque da narração, tanto antes como depois do exílio, o Deus de Israel, o nosso Deus, sempre se revela como o Deus da vida. Na atual situação do Brasil, com vinte e cinco milhões ou mais de crianças e adolescentes abandonadas, carentes ou marginalizadas, quem não tiver esta fé na vida criada por Deus pode até desanimar de lutar!

3. "Não maltrate a viúva nem o órfão" (Ex 22,22)

Uma consequência imediata da fé em Javé, o Deus da vida, é atender às necessidades dos *órfãos e viúvas*. No Código da Aliança, uma das leis mais antigas, se diz: "Não afligireis a nenhuma viúva ou órfão. Se o afligires e ele clamar a mim, eu escutarei o seu clamor. Minha ira se inflamará e vos farei perecer pela espada: vossas mulheres ficarão viúvas e vossos filhos órfãos" (Ex 22,21-23). Ou seja, uma sociedade que não cuida da sua juventude

recebe o troco. Ela cava sua própria ruína. O Código da Aliança não deixa dúvida. Se a criança pobre clamar, e se você for a causa deste clamor, o azar será seu, pois Deus vai atender ao clamor da criança e da mãe e tomará a sua defesa. Ele defende os direitos do pobre.

No livro do Deuteronômio acentua-se esta preocupação com os órfãos e as viúvas. O dízimo que se paga é para eles (Dt 14,29; cf. 24,19-21; 26,12-13). As crianças sem casa, os órfãos, devem poder participar das festas e alegrar-se com o povo (Dt 16,11.14). Pois Javé é um Deus que faz justiça aos órfãos e às viúvas (Dt 10,18). A lei do Deuteronômio maldiz todo aquele que perverte o direito do órfão e da viúva (Dt 27,19). Nos salmos, Deus é chamado "Pai dos órfãos, justiceiro das viúvas" (Sl 68,6).

4. "Honra teu pai e tua mãe" (Ex 20,12)

O outro lado da fé em Javé é o compromisso concreto com uma convivência humana que se orienta pelos Dez Mandamentos. Os Dez Mandamentos exprimem a nova organização que nasce quando se acredita em Javé. Eles são a *Constituição do Povo de Deus*. O gancho, muitas vezes esquecido, onde estão pendurados estes Mandamentos é a solene afirmação inicial que diz: "Eu sou Javé, teu Deus, que te fez sair da terra do Egito, da casa da escravidão" (Ex 20,2). É para impedir o retorno para a *casa da escravidão* que o povo deve observar os Dez Mandamentos. Ele deve viver em estado permanente de Êxodo!

O quarto Mandamento diz: "Honra teu pai e tua mãe, para que se prolonguem teus dias na terra que Deus te dará" (Ex 20,12). Não pede para obedecer aos Reis, nem ao Governo, nem aos sacerdotes, nem às autoridades locais ou regionais, nem mesmo aos pais, mas sim ao teu pai e à tua mãe. O quarto Mandamento valoriza a mãe, a

mulher, ao lado do pai, o homem. Os dois estão em pé de igualdade. Ele procura reforçar o núcleo básico da sociedade que é a família, o clã, a comunidade, e contribui, assim, para manter o poder descentralizado, espalhado pelas tribos e clãs. O fortalecimento do clã evita a formação do latifúndio e, assim, garante às famílias a posse da terra: "Para que se prolonguem teus dias na terra que Deus te dará" (Ex 20,12). Deste modo, o quarto mandamento assegura o ambiente de vida, onde as crianças possam crescer em harmonia e ter um futuro garantido.

5. "Terei compaixão da [criança] "Não-Compadecida" (Os 2,25)

O livro de Oséias traz o seguinte oráculo em que Deus se dirige ao povo: "E vou casar com você para sempre, vou casar com você na justiça e no direito, no amor e na ternura, vou casar com você na fidelidade, e você terá experiência de Javé" (Os 2,21-22). Esta frase tão bonita, colocada na boca de Javé, exprime o que Oséias, ele mesmo, estava tentando viver no relacionamento com a sua esposa Gomer (Os 1,3) e com as crianças abandonadas, *Lo-Ruhamah*, Sem-misericórdia, e *Lo-Ammi*, Não-meu-povo (Os 1,6-9).

Como vimos, o culto de fertilidade tinha desintegrado a vida familiar de Oséias. A desgraça que se abateu sobre a vida desta família era uma amostra do que estava acontecendo no país. Tanto a mulher como as crianças, ambas foram marginalizadas pelo sistema idólatra de morte em que viviam. Mas Oséias, pela força do seu amor desinteressado, conseguiu que Gomer abandonasse o culto da fertilidade e que as crianças fossem acolhidas. Gomer voltou a ser sua esposa com a mesma dignidade de antes (Os 2,18-19). O filho *Lo-Ruhamah*, Sem-misericórdia, é novamente o Amado, e a filha *Lo-Ammi*, Não-povo, é novamente *Povo de Deus* (Os 2,25).

Esta experiência familiar e profundamente humana da força do amor fez com que Oséias redescobrisse o poder regenerador do amor de Deus. Tudo isto foi nele um apelo que o fez descobrir sua vocação como profeta.

6. A defesa do clã, da família, da comunidade

Saindo do Egito, ainda no deserto, o povo tinha começado a criar um novo sistema de convivência, diferente do sistema do faraó e dos reis. E o fez em nome da sua fé em Javé que o tirou do Egito. No centro desta nova convivência estava o clã, a comunidade, a grande família. Resumindo, pode-se dizer que a função do clã, da comunidade, era a seguinte: impedir o latifúndio e a concentração do poder, garantir a posse da terra e promover a partilha dos bens, tomar a defesa das famílias e das pessoas e garantir o acolhimento e a sobrevivência dos órfãos e das viúvas. O clã era o guardião das tradições e dos costumes, conservava a memória do povo e era fonte de identidade. Ele era a mediação da Aliança do povo com Javé.

Por causa deste seu modo tribal ou comunitário de conviver, tão diferente do sistema dos reis e do faraó, o povo de Israel se tornou uma Boa Nova de Javé para os povos oprimidos da época. Durante mais ou menos duzentos anos, isto é, durante o período dos Juízes, eles tentaram viver este ideal no alto das montanhas da Palestina. Foi uma amostra do Reino que ficou na memória do povo como uma eterna saudade a ser transformada em esperança! As histórias sempre lembradas e atualizadas das parteiras, de Abraão, de Agar e tantas outras faziam parte desta esperança.

No decorrer da história, todas as vezes que enfraquecia a fé em Javé, enfraquecia também o clã, a comunidade. A desinte-

gração do clã deixava as famílias sem defesa diante do sistema opressor dos reis. Todas as vezes, porém, que se renovava a fé em Javé, o clã ou a comunidade se fortalecia. As tentativas de renovação sempre recomeçavam pelo fortalecimento do clã, da comunidade. Esta é uma constante que marca a história do povo de Deus. Até hoje!

Por isso, o problema da criança abandonada não era apenas um problema familiar. Era também um problema social e político. Por exemplo, no tempo de Salomão, a monarquia, criando distritos em vista da cobrança dos impostos, enfraqueceu a organização do clã e contribuiu para a desintegração das famílias. Exigindo o tributo, gerou empobrecimento e desigualdade entre as famílias dentro do mesmo clã (1Rs 4,7). Para construir o Templo, reintroduziu os trabalhos forçados, dos quais Deus tinha libertado o povo, tirando-o do Egito (1Rs 5,27). Esta política de Salomão pesou tanto, que já no fim do seu reinado o povo se rebelou e provocou a divisão entre Israel e Judá (1Rs 12,4). A monarquia, o rei humano, acabou com o sonho e deixou no povo uma saudade que crescia na mesma medida em que crescia a opressão.

5. A LUTA DOS PROFETAS POR UMA SOCIEDADE QUE DEFENDA A VIDA

Este parágrafo sobre a luta dos profetas é resumido e incompleto. Seu único objetivo é ajudar a perceber que a defesa da vida ameaçada da criança fazia parte de uma luta mais ampla. Aliás, muito do que vimos no parágrafo anterior, quase tudo, é fruto da luta dos profetas e faz parte da releitura que eles faziam da história. O que segue neste parágrafo é uma maneira diferente de arrumar e de iluminar os assuntos já vistos.

O sistema e a ideologia do Faraó e dos Reis eram uma ameaça constante para a nova maneira de viver que estava nascendo no povo a partir da fé em Javé. As guerras e as repressões geravam desigualdade, empobrecimento e endividamento. Como consequência, apareciam os pobres, as viúvas e os órfãos. Eles eram um sinal vivo e trágico de que a Aliança estava quebrada! É aqui que entram em ação os profetas. Eles são a consciência crítica da nação. Por meio deles acorda a memória do povo. Diante da situação do pobre, do órfão, do menor, eles percebem o apelo de Deus, dão o grito de alarme e enfrentam os reis. Os profetas atuavam em três níveis ligados entre si para mudar a sociedade, consertar a vida e refazer a aliança:

1. Justiça: para transformar a Sociedade

Os profetas não se limitavam a condenar o abuso contra as crianças e os jovens, mas se engajavam na luta por uma convivência social mais segura e mais justa, em que a vida de todos fosse respeitada. A seu modo, faziam análise da sociedade e apontavam caminhos para renová-la. Sem medo, condenavam os reis e os sacrifícios das crianças, denunciavam os exploradores, apontavam as causas da injustiça, enfrentavam os poderosos, cobravam deles a observância da Lei e da Aliança, assumiam a defesa dos excluídos e marginalizados, sobretudo dos órfãos e viúvas, e lutavam para criar novas leis que pudessem garantir uma vida digna a todo o povo.

2. Solidariedade: para renovar a Comunidade

Desde o tempo da monarquia, os profetas atuavam também com solidariedade. Lutavam pela renovação do clã e pela defesa das famílias. Elias e Eliseu, por exemplo, os primeiros profetas, ambos aparecem defendendo a vida de uma criança que tinha morrido (1Rs 17,17-24; 2Rs

4,18-34). Mas é sobretudo depois do exílio que a luta com solidariedade se acentua. O seu resultado transparece, por exemplo, na legislação deuteronomista que interpela a comunidade, o clã, e faz um apelo para que ele seja novamente a base do povo de Deus, amostra da Aliança. O clã deve acolher as vítimas das injustiças e desigualdades, geradas pelo sistema do Império Babilônico e Persa (Dt 15). Deve socorrer os órfãos e as viúvas. A Lei do Resgate dos filhos escravizados é fruto da luta dos profetas em defesa da vida ameaçada das crianças. Só assim a comunidade será Boa Nova de Deus para o povo, expressão da Aliança e Servo de Javé para a humanidade sofrida.

3. Mística: para despertar a consciência

Os profetas não só criticavam e condenavam as injustiças, nem só animavam para a solidariedade, mas também tentavam mudar a ideologia. Eles procuravam influir sobre a consciência. Despertavam forças adormecidas e desconhecidas. Queriam criar um novo começo que superasse a dependência e a apatia. Insistiam na busca de Javé. Lembravam o passado para que o povo redescobrisse na certeza de Deus - Conosco uma nova fonte de luz e de coragem para a sua caminhada. Foram sobretudo os discípulos e as discípulas de Isaías que souberam viver e aprofundar esta mística. Eles viviam com o povo no desterro do exílio. A nova experiência de Deus levou-os a comparar Deus com a mãe que acalenta e abraça com muita ternura seus filhos (Is 66,10-13; 49,15-16). Denunciavam a mortalidade infantil e lutavam por saúde sólida para todos (Is 65,20).

6. A DEFESA DA MULHER MARGINALIZADA

A marginalização da mulher era e é uma das causas principais da marginaliza-

ção das crianças. A mulher era marginalizada por ser mãe, por ser esposa, por ser filha, por ser mulher. Por ser *mãe*: dando à luz, ela se torna impura (Lv 12,1-5). Por ser *filha*: o filho que nasce traz 40 dias de impureza, mas a filha, 80 dias! (Lv 12,2-5). Por ser *mulher*: a menstruação a torna impura durante sete dias, e causa impureza nos outros (Lv 15,19-30). Estas e outras leis tornavam insuportável a convivência diária em casa. Mãe e filhos pequenos viviam marginalizados.

Uma grande parte do povo nunca concordou com esta mentalidade e se preocupou em conservar a memória dos atos de resistência contra a marginalização da mulher. Por exemplo, Agar, rejeitada por Sara e Abraão, mas aceita por Deus (Gn 16,1-15; 21,1-20). Sefra e Fua, as duas parteiras que iniciaram o êxodo (Ex 1,15-22). Miriam, irmã de Moisés, que convocou as mulheres para cantar e animar a caminhada do povo (Ex 15,19-21); e outras. Nestas histórias, transparece a inconformidade com a exclusão da mulher. O mesmo valor de semente de resistência anima por dentro as primeiras páginas da Bíblia, onde se afirma a igualdade do homem e da mulher como imagem de Deus (Gn 1,27), e como companheiros que formam uma só carne (Gn 2,23).

Estas sementes deram fruto sobretudo depois do exílio, época em que se acentuava a marginalização da mulher (cf. Esd 9,1-2; 10,1-3). Ou seja, a resistência e a valorização da mulher cresceram sobretudo no período em que a sua marginalização por parte do sistema era mais pesada. Vários livros sapienciais do período pós-exílico registram esta voz da oposição e da crescente resistência:

No Cântico dos Cânticos, a mulher aparece como pessoa independente. Para poder encontrar seu amado, enfrenta os guardas da cidade (Ct 3,1-4; 5,2-8), o rival que a persegue (Ct 8,11-12), e os irmãos

que querem protegê-la (Ct 8,8-10). O Cântico dos Cânticos reafirma a dignidade da mulher.

No livro de Rute, duas mulheres pobres, Noemi e Rute, ambas viúvas, das quais uma estrangeira, estão na origem da reconstrução do povo. São elas que tomam as iniciativas para reconquistar os direitos perdidos e para fazer observar a lei do resgate. É de uma estrangeira que nasce o avô do Messias.

No livro de Judite, é uma mulher que contesta a decisão tomada pelos anciãos e sacerdotes. Sozinha, ela enfrenta o exército inimigo e consegue derrotar o general Holofernes, cortando-lhe a cabeça. No livro de Ester, é novamente a mulher que se engaja na luta pela sobrevivência do povo. As terríveis palavras desumanas do Eclesiástico contra a mulher (Eclo 25,13-26; 42,12-14) talvez se expliquem pela ameaça que representava para o domínio dos homens a incipiente conscientização das mulheres, atestada no livro de Ester (Est 1,9-22, sobretudo vv. 17 e 18).

7. A LUTA DIÁRIA NA EDUCAÇÃO

Este parágrafo, o mais curto de todos, talvez seja o mais importante. Ele é como a parede que não aparece, porque fica escondida atrás dos ladrilhos. Mas é a parede que sustenta todos os ladrilhos. Trata-se aqui do sistema educativo da época e da luta diária para transmitir a experiência de vida para a geração nova. Na Bíblia, a expressão desta luta diária está sobretudo no conjunto dos livros sapienciais. Estes livros revelam uma cultura diferente da nossa com métodos educativos que não funcionariam hoje em dia. O método educativo que transparece, por exemplo, no livro do Eclesiástico ou no livro dos Provérbios não pode ser copiado tal qual, sob pena de se criar traumas e neuroses.

Mas o que deve permanecer é o seguinte:

1. A consciência de responsabilidade por parte dos adultos para com a nova geração.
2. O esforço de transmitir a experiência acumulada, que capacite os jovens para que possam enfrentar a vida.
3. A organização das comunidades, o ambiente onde se fazia esta transmissão da vida.
4. A integração das gerações que garantia um acolhimento e uma transmissão harmoniosa.
5. O respeito pela vida de todos, fruto da fé em Javé, o Deus da vida.

8. O MESSIAS CRIANÇA. CRIANÇA, SINAL E GARANTIA DE FUTURO PARA O POVO

No Séc. VIII antes de Cristo, o rei Acaz (736-716) sacrificou seu próprio filho ao ídolo dos cananeus (2Rs 16,3). A nação ficou sem um sucessor no trono de Davi. Sem sucessor, não se realizaria a promessa de Deus que dizia: "Sempre haverá um sucessor no trono de Davi" (2Sm 7,12-13). Assim, matando o filho, o rei matou a esperança do povo! Nessa mesma época, a incompetência dos "condutores do povo" estava trazendo a desgraça sobre toda a juventude (Is 9,15-16). Havia muita injustiça feita às crianças, aos órfãos (Is 1,17.23; 10,2).

Neste contexto, em que a criança não era valorizada, o profeta Isaías fez da criança o sinal de futuro para o povo: "Eu e as crianças que Javé me deu somos para Israel sinais e presságios de Javé" (Is 8,18). Os nomes que ele deu a seus quatro filhos

são a expressão desta nova esperança. Tudo isto se encontra no assim chamado "Livro do Menino" (Is 6 a 12). Vejamos:

1. Shear Yashub

Quando o rei Acaz, no seu desespero, começou a reforçar as muralhas da cidade, achando que era nelas que estava a sua defesa, Isaías foi ao encontro dele, acompanhado do filho chamado Shear-Yashub, isto é, *Um resto voltará* (Is 7,3). Para o rei descrente que matando o próprio filho tinha matado o futuro do povo, o filho de Isaías era uma denúncia e um sinal vivo! O futuro do povo não estava nas muralhas, nas armas ou no poder, mas sim na fraqueza de uma criança!

2. Emanuel

Em outra ocasião, naquela mesma situação de desespero, em que os reis de Israel e de Damasco queriam forçar Acaz, o rei de Judá, a entrar numa aliança contra a Assíria, Isaías procurou Acaz para animá-lo a reagir contra o desânimo e contra a falta generalizada de fé. Diante da recusa do rei, o profeta reafirmou sua fé no futuro por intermédio de uma criança: "A moça vai conceber e dará à luz um filho! E você dará a esse menino o nome de *Emanu-El*, isto é, *Deus-Conosco*" (Is 7,10-17). O menino que ia nascer era a prova de que Deus continuava com o povo, continuava sendo Javé! Uma criança sem poder desautorizava o poder descrente do rei!

3. Maer Salal Has Bas

Nasceu outra criança para Isaías e Deus mandou dar como nome *Maer-Salal-Has-Bas*, isto é, *Pronto-Saque-Rápida-Pilhagem* (Is 8,1-4). Os planos dos reis invasores de Israel e de Damasco que metiam tanto medo a Acaz, o rei de Judá, não tinham futuro, "pois antes que o menino aprenda a

falar 'papai, mamãe', as riquezas de Damasco e os despojos de Samaria serão levados perante o rei da Assíria" (Is 8,4). A criança era sinal de que em breve os adversários seriam destruídos. Os que agora estavam saqueando o território de Judá, eles mesmos seriam saqueados. "Eles podem fazer ameaças à vontade: elas não se cumprirão, porque Deus está conosco" (Is 8,10), "Ó Emanuel!" (Is 8,8). Uma criança fraca e sem defesa, chamada Maer-Salal-Has-Bas é sinal e prova da presença poderosa de Deus no meio do povo!

4. Maravilha

No fim, assim diz Isaías, "o povo que andava nas trevas viu uma grande luz,... porque nasceu para nós um menino, um filho nos foi dado" (Is 9,1.5). Nasceu outro menino e a este foi dado o nome de *Conselheiro Maravilhoso, Deus forte, Pai para sempre, Príncipe da paz!*" (Is 9,5). Este menino é sinal de que as trevas da opressão e da humilhação estão chegando ao fim. O seu nascimento garante a chegada da luz. Por isso, é fonte de muita alegria para o povo (Is 9,1-2).

5. Messias Criança

Por tudo isto, o profeta tem esperança de que, finalmente, "do tronco de Jessé vai nascer um menino" (Is 11,1), sobre o qual repousará o Espírito do Senhor com seus sete dons (Is 11,2-3). Esta criança vai julgar os fracos com justiça (Is 11,4). O futuro que assim nascerá é caracterizado da seguinte maneira: "Bezerro e leão pastarão juntos, e um *menino* os guiará. O *bebê* brincará no buraco da cobra venenosa e a *criancinha* enfiará a mão no esconderijo da serpente" (Is 11,6.8). E na imagem do futuro do novo céu e da nova terra, já não haverá mortalidade infantil (Is 65,20). Os meninos vão morrer aos cem anos de idade (Is 65,20).

9. O LIVRO DE RUTE. CRIANÇA NÃO É PROBLEMA, ELA É A SOLUÇÃO

Neste mesmo contexto de Isaías 6 a 12 deve ser situado o livro de Rute, onde no fim tudo recomeça com o nascimento da criança. O casal Elimelek e Noemi, forçado pela fome, abandona sua terra e migra para outro país (Rt 1,1). Os nomes dos filhos, *Maalon* e *Quelion*, isto é, *Doença* e *Fraqueza* (Rt 1,2), revelam a situação de abandono em que se encontra a juventude. Vivendo no estrangeiro, os dois filhos se casam com mulheres de lá. Pouco depois, eles morrem sem deixar filhos (Rt 1,4-5). Sobram três viúvas, as três sem filhos, sem terra e, dentro das possibilidades legais da época, sem futuro, pois já não tinham condições de gerar um herdeiro. Elas são a imagem da situação do povo da época.

Neste deserto total, a renovação recomeça, quando Noemi "*soube que Deus visitara seu povo dando-lhe pão*" (Rt 1,6). O que levou a recomeçar a caminhada foram a *visita de Deus* e a *certeza do pão*. Como na história das parteiras, é a fé em Deus e o amor à vida expresso no desejo do pão que mantêm Noemi e Rute na caminhada em busca de pão, de família e de terra. Caminhada longa, cheia de dificuldades e de imprevistos! As duas dão prova de incrível perseverança e criatividade na solução dos problemas e na busca dos seus direitos, até o nascimento do Menino que, no fim, deu nova esperança ao povo, pois garantia a posse da terra, a continuidade da família e, por conseguinte, a certeza do pão. Assim, quem vai redimir o povo é a criança, acolhida pela comunidade em clima de festa. O seu nome revela a missão do povo: *Obed*, isto é, *Servo* (Rt 4,13-17). Aqui, a criança não é problema, ela é a solução!

Raiz, consequência e expressão desta nova esperança é a experiência de Deus e da vida que apareceu nos discípulos e discípulas de Isaías na época do exílio. Para eles, Deus é como mãe que não esquece seus filhos. E mesmo que a mãe esquecesse, Javé nunca esquecerá (Is 49,15-16).

Deus carregou o povo desde o seio, desde o berço (Is 46,3). O povo será amamentado e saciado pelo seio consolador de Javé. Será acariciado sobre os joelhos. Como a mãe consola seu filho, assim Deus o consolará (Is 66,11-13).

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL DO TEXTO OU O DEBATE EM COMUNIDADE:

1. Releia a apresentação que fr. Carlos faz da situação da criança na época do Antigo Testamento, os "oito galhos nascidos do mesmo tronco", e compare com o que você pode observar na realidade da população infanto-juvenil, principalmente a mais pobre, no lugar onde você e sua comunidade vivem. Que semelhanças e diferenças podem ser observadas? A situação melhorou ou piorou?
2. Toda mística tem como base uma nova experiência da vida, uma nova experiência de Deus. Uma interfere na elaboração da outra. A experiência do Êxodo começou a partir da luta em defesa da vida ameaçada das crianças que Sefra e Fua, Jocabed e Miriam vão empreender a partir do seu amor à vida, como par-
- teiras, mãe, irmã e do seu temor a Deus, sentido como o Javé, presença gratuita e libertadora junto dos oprimidos. Como na prática espiritual de seu grupo comunitário a experiência de Deus e a experiência da vida geram uma mística missionária?
3. A recente encíclica do Papa João Paulo II é toda centrada na defesa da vida diante de um tipo de civilização onde isto parece cada vez mais se banalizar e se relativizar. O autor propõe uma ação de tipo profético na justiça, na solidariedade e na mística. Qual seria a possibilidade concreta — pessoal e/ou comunitária — que poderia sinalizar um engajamento como vida religiosa?

SEGUIMENTO DE JESUS, CAMINHO VERDADEIRO E VIVO

Ir. Vera Ivanise Bombonato, fsp*

São Paulo – SP

A visão de Deus
como bondade, amor
e ternura é essencial em
Jesus e constitui o núcleo central
de sua experiência de Deus.

Reconhecer Jesus Cristo como “origem e fundamento da vida cristã” e estabelecer uma correta relação com ele constitui um problema fundamental para a Igreja e para a vida cristã. A história comprova que é difícil resolver de forma adequada esta questão e registra constantes esforços de fidelidade a Cristo e também inúmeras tentativas de manipulá-lo, como Pedro em Cesaréia de Filipe.

Entretanto, ao iniciar sua vida pública, Jesus de Nazaré convidou diferentes pessoas a segui-lo em comunhão de vida, missão e destino. Indicou, assim, um “caminho definitivo e que dá sentido aos demais” para estabelecer uma correta relação com ele e para responder à luz do Espírito à pergunta: *E vós, quem dizeis que eu sou?*¹ A partir de então, o seguimento tornou-se a mais importante “forma de explicitar a existência cristã”.²

1. RESGATAR O SENTIDO PROFUNDO E ABRANGENTE DO SEGUIMENTO DE JESUS

Constata-se, através da história, que, em momentos de particulares dificuldades, de crise de identidade e de perda do sentido da vida cristã, os santos e os reformadores, na busca de soluções adequadas para estes problemas, sempre se preocuparam em resgatar o valor do seguimento de Jesus como caminho de renovação e de redescoberta da identidade cristã.

— São Francisco de Assis, intuindo a necessidade de reformar a Igreja, insistia na necessidade de “seguir a doutrina e as pegadas de Cristo”.³

— Inácio de Loyola, depois de sua conversão, pedia incessantemente “o conhecimento interior do Senhor... para que eu mais o ame e o siga”.⁴

— Dietrich Bonhoeffer, percebendo a importância do seguimento para reencontrar a identidade, a relevância e o gozo da vida cristã dizia: “Segue-me foi a primeira e a última palavra dirigida por Jesus a Pedro”.⁵

A gravidade da crise de identidade cristã, gerada pela complexidade do mundo

* A Autora: Ir. Vera I. Bombonato, fsp, é religiosa da Congregação das Irmãs Paulinas, doutoranda em Teologia Dogmática, na Faculdade Nossa Senhora da Assunção, em São Paulo, segunda secretária da SOTER (Sociedade de Teologia e Ciências da Religião), diretora da revista FAMÍLIA CRISTÃ.

moderno e pós-moderno, e a busca de soluções adequadas impulsionaram um novo processo de redescoberta da importância e da abrangência do seguimento de Jesus até mesmo nas reflexões teológicas que, por muito tempo, ignoraram este tema, considerando-o apenas parte da teologia espiritual.

O teólogo Johann Baptist Metz afirma que “soou a hora do seguimento para a Igreja”.⁶ A teologia latino-americana participa deste movimento de resgate do valor e da abrangência do seguimento de Jesus.

— Carlos Palácio, usando uma comparação muito bem escolhida, diz: “A vida de Jesus é ‘parábola’, cuja única chave de interpretação é o seguimento”.⁷

— Álvaro Barreiro resume a vida cristã no seguimento: “Só se pode ser cristão no seguimento de Jesus, e não há seguimento de Jesus se não há participação, de uma maneira ou de outra, no processo de libertação dos pobres, o sinal mais característico da vinda do Reino proclamada por Jesus”.⁸

— Leonardo Boff sintetiza numa frase magistral a relevância e a abrangência do seguimento, afirmando: “Seguir Jesus é pro-seguir sua obra, per-seguir sua causa e con-seguir sua plenitude”.⁹

— Jon Sobrino desenvolve sua cristologia desde a perspectiva do seguimento de Jesus. Sua preocupação fundamental é resgatar o valor do seguimento como “princípio estruturante e hierarquizador da vida cristã, a partir do qual é possível organizar todas as outras dimensões dessa vida”.¹⁰

— Diante dos desafios da pós-modernidade e da necessidade de redescobrir sua identidade, a vida religiosa na América Latina precisa resgatar o sentido profundo e abrangente do seguimento de Jesus não apenas como uma realidade espiritual ou ascética, mas como:

- *expressão de totalidade* da vida cristã, que leva a ser como Jesus, diante do Pai e para os irmãos, na força transformadora do seu Espírito;
- *realidade totalizante* com capacidade intrínseca de abraçar todas as esferas das possibilidades humanas; de responder às questões fundamentais do ser humano chamado a seguir Jesus. Isto é, a partir do seguimento é possível responder às perguntas relativas ao saber, ao esperar, ao fazer e ao celebrar;

— O que podemos conhecer:
a teoria.

— O que podemos esperar:
a escatologia.

— O que podemos realizar:
a práxis.

— O que podemos celebrar:
a celebração.

Desta forma, o seguimento, um tema relegado à teologia espiritual, passa a ser:

- princípio estruturante e hierarquizador de todas as realidades humano-cristãs, com capacidade de estruturar a vida cristã na sua globalidade e de hierarquizar os valores;
- modo de “ser conforme a imagem do Filho” (Rm 8,29), “tendo os olhos fixos em Jesus, autor e consumidor da fé” (Hb 12,11);
- princípio de unificação entre a dimensão transcendente e a dimensão histórica da vida cristã;
- lugar autêntico da contemplação do mistério de Deus em sua realidade trinitária;
- caminho definitivo que leva a estabelecer uma correta relação com Cristo e a conhecê-lo por afinidade e conaturalidade.

2. VIVER O SEGUIMENTO DE JESUS, CAMINHO VERDADEIRO E VIVO, COMO NORMATIVO.

A identidade da vida religiosa pode ser definida como seguimento de Jesus, caminho verdadeiro e vivo.

“Ser cristão é ser seguidor de Jesus, e a Igreja é a comunidade dos seguidores de Jesus. Somos seu corpo histórico agora. Ele é o Mestre-profeta, o Mestre-caminho. Não apenas proclama a verdade: é a Verdade, porque a faz. Não só anuncia a vida; é a Vida, porque a dá. É o Caminho da Verdade para a Vida plena”.¹¹

Por conseguinte, o caminho do seguimento é normativo para a vida religiosa, porque tem a força de gerar a vida e sustentá-la.

Por caminho normativo entendemos todo o processo da vida de Jesus, pelo qual ele levou a termo sua missão. Não são normativos determinados gestos separados da situação concreta em que Jesus viveu que se transformam numa série de ensinamentos gerais e abstratos, cuja aplicação se situa no terreno das virtudes e da ética pessoal.

A estrutura do seguimento tem dois componentes: um místico e outro “situacional”, prático-político.¹² Jesus, em seu caminho, enfrentou todas as instâncias do poder (político e religioso) de seu tempo, até o ponto de tais poderes buscarem sua morte. O seguimento de Jesus tem, portanto, consequências sociais e políticas.

A vivência e o anúncio do evangelho em toda a sua amplitude exige que se considere a vida de Jesus como um processo global e coerente para conseguir um objetivo concreto: O Reino. O seguimento não consiste em repetir à letra o que Jesus fez (entre outras coisas, porque o que ele fez

é irrepetível, pois as situações, hoje, são outras), mas é assimilar seu estilo de vida, viver de seu espírito “com os mesmos sentimentos” (Fl 2,5) e realizar, nas circunstâncias atuais, o seu projeto. Isto exige fidelidade criativa, porque nossos problemas hoje não são os problemas do tempo de Jesus, mas o Espírito deve ser o mesmo Espírito de Jesus.

A fidelidade a Jesus exige especial atenção aos sinais dos tempos, para discernir neles os elementos favoráveis ao anúncio do Reino e os que devem ser corrigidos e orientados em função do Reino.

Viver o seguimento de Jesus, caminho verdadeiro e vivo (Jo 14,16), como normativo, implica algumas atitudes concretas.

Responder, de forma ativa e dinâmica, ao dom de Deus

O seguimento como tal já existia no tempo de Jesus. Os rabinos possuíam discípulos e enviados. Os zelotes exigiam de seus seguidores total dedicação a sua causa, mesmo com muito sacrifício e com a entrega da própria vida. Os discípulos escolhiam seu mestre e o critério de escolha era a ciência do mestre e seu método de ensinar. O mestre era respeitado pelo seu saber. O centro do discipulado era a Lei e a relação mestre-discípulo centrava-se no ensinar e aprender uma doutrina. O seguimento era marcado pela transitoriedade, até atingir o objetivo proposto: tornar-se intérprete da Lei.

Jesus muda essa ordem vigente. Não é mais o discípulo que escolhe o seu mestre, mas é Jesus que toma a iniciativa e chama seus discípulos. Por intermédio de Jesus, Deus intervém na vida das pessoas, em nossa vida. O chamado de Jesus ultrapassa os ditames da lógica humana e nos coloca, desde o primeiro instante, em confronto com o absoluto de Deus, envolvendo-nos numa dinâmica pessoal profunda e globa-

lizante. A resposta ao seguimento põe em questão a totalidade da existência cristã e implica uma nova maneira de ser, de pensar e de agir.

O centro do seguimento não é mais a Lei, mas a pessoa de Jesus, o enviado do Pai. O específico da proposta de Jesus reside no fato de ela estar diretamente ligada a sua pessoa e manifestar a consciência que ele tinha de si e de sua missão salvífica. A relação mestre-discípulo não se limita mais ao fato de ensinar e aprender uma doutrina, mas é uma comunhão vital com Jesus e se traduz na obediência incondicional a sua palavra. O seguimento de Jesus não é transitório, pois seu objetivo é participar de sua vida, missão e destino.

É Jesus quem toma a iniciativa do chamado. Ele escolhe quem ele quer e no momento que ele quer. Mas a nossa resposta não pode ser passiva. Jesus espera de nós uma resposta ativa e dinâmica ao dom do chamado.

Para reconhecer a voz do Mestre que chama e discernir a sua vontade, é preciso ter uma atitude de busca constante e sincera. Jesus acolhe com carinho as pessoas que trazem no seu coração uma atitude profunda de busca e discernimento, na atenção à realidade por meio da qual Deus fala e na escuta da sua palavra.

Responder de modo novo à pergunta:

"E vós, quem dizeis que eu sou?"

Cada coordenada geográfica, cada situação cultural e histórica revela e, ao mesmo tempo, possibilita perceber determinados aspectos do rosto de Cristo e, por conseguinte, exige um determinado modo de seguimento. Se muda a percepção da imagem de Jesus, mudam, conseqüentemente, as exigências de seguimento.

Diante disso, Dom Pedro Casaldáliga sugere que se faça uma enumeração dos

principais traços do rosto novo de Cristo que estão emergindo na América Latina, hoje. E em seguida, substituir o nome de Jesus pelo próprio nome. Se não houve um mínimo de coerência é sinal que o nosso seguimento é abstrato e deslocado.¹³

É necessário responder sempre de novo a esta pergunta de Jesus: *E vós, quem dizeis que eu sou?* Isso porque nossa fidelidade no passado nunca é garantia absoluta de fidelidade no presente. Foi o mesmo Pedro que disse: *Tu és o Messias, o filho de Deus vivo* e que, mais tarde, mereceu esta recriação de Jesus: *Afasta-te de mim, Satanás...*

A fidelidade do passado, se não se abre às novas exigências, pode converter-se em infidelidade do presente. A resposta a esta pergunta de Jesus não pode ser uma fórmula abstrata. Compreender a Jesus de uma determinada maneira significa também dispor-se a segui-lo nesta mesma perspectiva.

Reconhecer Jesus como o absoluto e definitivo: "A quem iremos? Só tu tens palavras de vida eterna".

Para o seguidor, em Jesus se deu o absoluto e definitivo, por isso o seu caminho é normativo. O caminho que os profetas e João Batista convidaram a percorrer tornou-se realidade definitiva em Jesus. Os cristãos têm consciência de que, até Jesus, o caminho não estava definitivamente "aberto" (Hb 9,8). Por meio de sua humanidade inaugurou-se, para nós, um caminho novo e vivo (Hb 10,20).

Jesus é sempre o mesmo, o caminho verdadeiro e vivo, os meios para percorrer este caminho mudam segundo as circunstâncias e as exigências dos tempos.

Entrar num caminho novo, humanizante, exigente, conflitivo.

O seguimento, no seu aspecto dinâmico, está relacionado com a metáfora do

caminho: seguir Jesus é entrar no seu caminho e percorrê-lo até o fim, com determinação e responsabilidade. É um processo de maturação pessoal que molda o seguidor em confronto com as esperanças, com o realismo e com as contradições deste mundo. Dita atitudes adequadas diante dos desafios da história.

O caminho de Jesus é exigente. Jesus apresenta a vontade do Pai de forma radical. Uma expressão clara deste radicalismo é a forma alternativa e não complementar usada por Jesus:

- não se pode servir a dois senhores;
- não se pode servir a Deus e a riqueza;
- não se pode lançar mão do arado e olhar para trás;
- não se pode ganhar a vida e conservá-la.

Este radicalismo gera conflito, porque o inimigo é ativo. O Reino não se constrói a partir do nada, mas na luta contra o anti-reino.

3. VIVER O ESPECÍFICO DO SEGUIMENTO: RELAÇÃO-COMUNICAÇÃO, PROFUNDA E PESSOAL, COM JESUS

Ao chamar para segui-lo, Jesus faz questão de deixar claro que o seguimento é, acima de tudo, uma relação-comunicação profunda e pessoal com ele, que implica uma corajosa ruptura com o passado e o misterioso começo de uma vida radicalmente nova.

Seguimento não é uma ideologia, nem um conjunto de verdade ou de princípios teóricos, nem algumas normas mais ou menos exigentes, nem mesmo um projeto

seja ele do tipo que for. Tudo isso pode estar incluído no seguimento, mas nada disso constitui a essência e o centro do que é seguir Jesus.¹⁴ Ao chamar para segui-lo, Jesus quer estabelecer uma relação-comunicação, profunda e transformadora, com os seus seguidores que os leve a reproduzir a estrutura histórica de sua vida: encarnação, missão, cruz e ressurreição.

Por conseguinte, seguir Jesus é viver uma profunda e pessoal relação com Jesus presente: na Palavra e na Eucaristia, na realidade histórica e no “fato maior”: o pobre e o excluído.

Esta relação-comunicação inclui duas dimensões fundamentais:

- *estar com Jesus* – presença mútua, diálogo, amizade, intimidade e gozo da partilha. Seguir é *estar com Jesus*, mas o objetivo desta comunhão oferecida é a missão.
- *ser para Jesus* – assumir a sua causa, participar de sua missão e de seu destino.¹⁵

Jesus chama para enviar a anunciar a Boa Nova do Reino, isto é, para evangelizar. O “vem e segue-me” tem sua razão de ser no “eu vos farei pescadores de homens”.

4. TORNAR-SE FILHAS NO FILHO E NA FORÇA TRANSFORMADORA DO ESPÍRITO

A relação-comunicação com Jesus nos leva a ser filhas no Filho e a viver em comunhão com o Deus da vida em sua realidade trinitária. A vida, a missão de Jesus e o modo como ele a concretizou têm como pressuposto fundamental uma experiência íntima e pessoal com Deus-Pai.

Jesus buscou incessantemente a Deus, abriu-se a ele, dialogou com ele, descan-

sou nele, deixando-o ser Deus. Para Jesus, Deus é uma realidade sumamente dialética; absolutamente íntimo e próximo e absolutamente outro e distante. Por conseguinte, seguir Jesus é viver, como ele, uma profunda, radical e pessoal experiência de Deus-Pai, como algo absolutamente central na própria vida.

A relação-comunicação com Deus-Pai se realiza em atitudes concretas.

Na experiência da oração-contemplação

A oração constitui um momento privilegiado para penetrar na intimidade do Pai, descansar no seu coração que bate de amor pelos pobres e excluídos.

A resposta do seguimento exige que o seguidor viva em íntima relação com Deus uno e trino, imerso nos desafios históricos globais. Através da oração, o seguidor se confronta com Deus intimamente próximo e, ao mesmo tempo, distante e totalmente outro.

A transcendência e a imanência de Deus experimentadas na oração, não como realidades justapostas, mas intimamente unidas, são como duas vertentes de um único dinamismo propulsor que leva a assumir o projeto do Pai e entregar-se para a sua realização.

Na experiência da bondade de Deus que nos torna livres para amar

Jesus confia plenamente em Deus-Pai que é sumamente bom para com ele e para com todos os seres humanos, seus filhos.

As palavras de Jesus sobre Deus, suas atitudes em relação a ele e seu comportamento só se explicam a partir da experiência de Deus sumamente bom. Não há nada mais importante para Deus do que os seres humanos (Mt 6,26) e nada pode ser usado

contra eles, nem mesmo o que convencionalmente se apresenta como serviço a Deus. A causa do homem é a causa de Deus. A partir deste pressuposto é possível entender:

- as constantes e desafiadoras afirmações de Jesus de que o ser humano é maior do que o sacrifício (Mt 5,23ss; Mc 12,33), inequivocamente superior ao sábado (Mc 2,23-27);
- o ensinamento central de sua vida de que passou fazendo o bem (Hb 10,38);
- as palavras dirigidas a todos os seres humanos para que sejam bons e misericordiosos como o Pai Celeste (Mt 5,48).

Para Jesus, Deus não é somente bom para os homens, mas sua bondade é descrita como amor que se expressa em forma de especial ternura para com os pobres e indefesos (cf. Lc 15,11-31). É o pai que vai ao encontro do filho, que saiu de casa, e se alegra com o seu regresso (cf. Lc 15) e que expressa sua bondade até mesmo com os ingratos. Esta visão de Deus como bondade, amor e ternura é essencial em Jesus e constitui o núcleo central de sua experiência de Deus.

Jesus crê que a bondade e a verdade são forças que transformam a realidade. A raiz da liberdade de Jesus é a bondade de Deus. O ponto culminante da suprema liberdade de Jesus é a bondade de Deus. O ponto culminante da suprema liberdade de Jesus é a entrega da própria vida: ninguém me tira a vida eu a dou voluntariamente (Jo 10,18).

Somente a partir da experiência da bondade infinita de Deus em nossa vida é que nós nos tornamos livres para amar e entregar a nossa vida para testemunhar e proclamar a bondade deste Deus, por meio da nossa missão.

Na experiência da fidelidade de Deus que nos torna fiéis e disponíveis ao seu projeto

Jesus foi o homem disponível diante de Deus. A obediência de Jesus não pode ser reduzida ao cumprimento dos preceitos divinos, nem pode ser compreendida como um modelo escolhido por Jesus para chegar à perfeição moral.

A disponibilidade de Jesus foi um constante sair de si mesmo, um constante esvaziar-se de si. Jesus participou da condição humana e esta esteve muito presente em sua relação teológica com o Pai. Jesus teve de deixar Deus ser Deus, com as dificuldades que isto supõe.

É essa disponibilidade total em relação ao misterioso projeto do Pai que Jesus exige de seus discípulos e, conseqüentemente, de todos os que ele chama a prosseguir a sua obra.

Na experiência do amor-misericórdia que nos torna despojadas e serviçais para com os pobres e excluídos.

Na origem do processo salvífico está a ação amorosa de Deus. *Vi a opressão do meu povo no Egito...* (Ex 3,7). Deus escuta o clamor do povo e, por esta razão, decide empreender uma ação libertadora.

O amor-misericórdia é uma reação de amor, diante do sofrimento humano interiorizado, que atinge as entranhas e o coração do ser humano, que está na origem de um processo e que permanece presente e ativo até o fim.

O amor-misericórdia está na origem e configura a vida histórica de Jesus, sua missão e seu destino. Sua "teoria social" é guiada pelo princípio de que é preciso erradicar o sofrimento massivo e injusto.

A experiência do amor-misericórdia de Deus-Pai e a sua manifestação em Jesus

deve configurar todas as dimensões da vida de quem segue Jesus: o conhecimento, a esperança, a práxis, a celebração. Essa experiência nos leva a ser despojadas e serviçais para com os pobres e excluídos.

Jesus viveu uma profunda e pessoal relação com Deus-Pai, próximo e distante ao mesmo tempo. E esta experiência perpassa todos os momentos de sua vida e constitui o tecido de sua existência terrena, mas se traduz, particularmente, na confiança inabalável em seu projeto.

Por conseguinte, o caminho real de seguimento constrói-se numa experiência de confiança inabalável em Deus, por intermédio de Jesus. Chamado a ser filho no Filho, o seguidor, como Jesus, é confrontado, a cada instante, com a dialética realidade de Deus, absolutamente íntimo e próximo e absolutamente outro e distante.

Aceitar, como Jesus, esse Deus-Pai, tentação, enigma, mistério e escândalo, faz parte da dialética do seguimento. O seguidor é chamado a viver essa paradoxal experiência de Deus, através do Ressuscitado e guiado pela força propulsora do seu Espírito.

Na ação renovadora e transformadora do Espírito de Jesus

No seguimento de Jesus, duas dimensões estão profundamente relacionadas entre si: *a cristológica e a pneumatológica*, isto é, a concreção de Jesus como *norma* e o Espírito que atualiza Jesus.

Depois da Ressurreição, Jesus está fisicamente ausente, mas continua presente, vivo e atuante, na força do seu Espírito. Como único caminho que leva ao Pai (cf. Jo 14,6), Jesus deve ser seguido e constantemente atualizado. Por isso, o seguimento de Jesus deve ser recriado, incessantemente, ao longo da história e transformado em prosseguimento de Jesus, segundo o Espírito que atualiza Jesus.

Em cada época, por meio do seguimento, o Espírito atualiza Jesus de uma determinada maneira. E essa atualização acontece toda vez que se capta uma nova e desafiadora realidade, na qual, por sua vez, se percebe a ação renovadora e transformadora do Espírito.

Concluindo, podemos afirmar que seguir Jesus, caminho verdadeiro e vivo, é prosseguir;

- no caminho de dor e de esperança traçado por Jesus,
- na dedicação total a serviço do Reino,

- na fidelidade à missão,
- na parcialidade para com os pobres e excluídos,
- na luta para construir uma sociedade justa e fraterna,
- na oração confiante ao Pai e na experiência de sua bondade, fidelidade e misericórdia,
- na entrega sacrificial pela libertação integral do ser humano.

É estar abertos à ação do Espírito que, a cada instante, nos convida a ser pessoas novas e a renovar a história.

NOTAS

1. Jon SOBRINO, Seguimiento. In: *Conceptos fundamentales de pastoral*, p. 509.
2. IDEM, La identidad cristiana, *Diakonia*, 46, p.100.
3. IDEM, *Jesus, o libertador*, p. 90.
4. *Exercícios Espirituais*, n. 104.
5. Jon SOBRINO, Seguimiento. In: *Conceptos fundamentales de pastoral*, p. 943.
6. *Ibid*, p. 937.
7. *Jesus Cristo história e interpretação*, p. 106.
8. Opção pelos pobres - A propósito de uma opção teológica. *Perspectiva Teológica*, 38 p. 30.
9. *Jesus Cristo libertador*, p. 35.
10. Jon SOBRINO, Seguimiento. In: *Conceptos fundamentales de pastoral*, p. 940.
11. Não vamos entrar aqui na questão complexa da interpretação da autodefinição de Jesus: "Eu sou o caminho, a verdade e a vida" (Jo 14,6). Entretanto, vale lembrar que, no contexto de João 14,1-11, a expressão "Eu sou o caminho, a verdade e a vida" significa, antes de tudo, que Jesus é caminho verdadeiro e vivo. É certo que Jesus é também a verdade e a vida. Porém neste versículo é mais enfatizado que Jesus é o único caminho para o Pai, pois o tema de toda esta unidade de João 14,1-11 é o caminho. Desse modo os dois conceitos: verdade e vida servem para delinear e especificar a qualidade do referido caminho. Cristo é o caminho verdadeiro e vivo, vivente e vital; é o único mediador que leva ao Pai, o qual

- está presente e operante nele e em seus seguidores. Cf. ASCARI, Alberto, *Eu sou o caminho*. Uma análise histórico crítica de Jo 14,6, São Paulo, Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção (Dissertação de Mestrado).
12. O termo *político* é utilizado aqui em sentido genérico, para indicar que a mística não está desligada da realidade.
 13. Pedro CASALDÁLIGA, Jose Maria VIGIL, *Espiritualidade da libertação*, p. 122.
 14. "O seguimento de Jesus não consiste em manter uma boa relação com os objetos que são próprios da religião: práticas, ritos, cerimônias, observâncias etc. Uma pessoa pode ser muito piedosa e observante, mas andar há muitos quilômetros de distância do verdadeiro seguimento. Porque seguir Jesus é outra coisa, muito mais profunda, muito mais exigente, mas também mais humana e mais coerente com aquilo que a pessoa é". José Maria Castilho, *El Seguimiento de Jesus*, p. 79.
 15. "O seguimento não se reduz à experiência intimista que muitas pessoas fazem no mais profundo do seu espírito quando se colocam em oração. Sem dúvida, o seguimento se baseia na amizade com Jesus e exige esse tipo de amizade. Mas se uma pessoa se limita a isso, pode estar certo de que não segue Jesus, por mais elevada que seja a sua contemplação. Seguir Jesus não é só *estar com ele*, mas também entregar-se à mesma tarefa que ele: a tarefa da libertação." José Maria Castilho, *El Seguimiento de Jesus*, p. 157.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL DO TEXTO OU O DEBATE EM COMUNIDADE:

1. O seguimento de Jesus é uma realidade totalizante, isto é, tem a capacidade intrínseca de abraçar todas as esferas das possibilidades humanas. Vivemos, hoje, numa realidade caracterizada pela fragmentação e pela dispersão. Como fazer do seguimento de Jesus o princípio normativo e unificador da nossa vida?

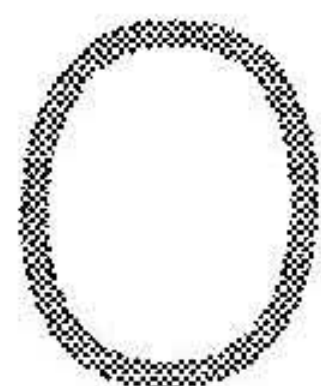
2. A fidelidade do passado, se não se abre às novas exigências, pode converter-se em infidelidade do presente. Por isso, o seguimento de Jesus deve ser recriado, incessantemente, ao longo da história e transformado em prosseguimento de Jesus, segundo o Espírito que atualiza Jesus. Como sua comunidade e sua congregação estão atualizando, constantemente, o seguimento de Jesus, de acordo com seu carisma específico?

3. Cada coordenada geográfica, cada situação histórico-cultural revela determinados aspectos do rosto de Cristo e, por conseguinte, exige um determinado modo de seguimento. Quais os principais traços do rosto de Cristo que estão emergindo em nossa realidade? Fazer, individualmente, uma relação o mais completa possível destes traços característicos do rosto de Jesus. Substituir, na relação feita, o nome de Jesus pelo próprio nome. Refletir e examinar qual o grau de verdade e de coerência destas afirmações contendo seu próprio nome. Avaliar se o seu seguimento de Jesus é atualizado e inculturado ou desatualizado e abstrato. Partilhar a experiência em grupo ou comunitariamente.

A MÍSTICA DO RELIGIOSO ADVOGADO E A ÉTICA NO JUDICIÁRIO

Paulo Umberto Stumpf, sj*
Porto Alegre — RS

O Judiciário sem o ideal da justiça é um corpo sem espírito ou um espírito de porco, um barco sem leme, um aparato passível de manipulação pelo poder dominante.



O desafio a que nos propomos neste texto é refletir dois temas tão distintos quanto inéditos no âmbito da Vida Religiosa. Partimos das experiências de inúmeros religiosos advogados que, espalhados pelo Brasil, atuam nas mais diversas áreas.

Estes religiosos estiveram reunidos em Brasília, nos dias 8, 9 e 10 de dezembro de 1994, no II Encontro Nacional de Religiosos Advogados, promovido pela CRB, cujos estudos são a referência da presente abordagem.

O que identifica a espiritualidade destes religiosos como o específico de uma consagração atuante no mundo jurídico? Que desafios esta prática propõe para a

Vida Religiosa? Por fim, quais as reais contribuições que esta prática pode representar para o Judiciário como um serviço de evangelização e de elaboração de uma ética cristã?

1. A ADVOCACIA

O exercício da advocacia caracteriza-se tradicionalmente pelo litígio, contenda, competição e confronto de direitos e interesses. Embora haja momentos de conciliação e assessoria, principalmente no Direito Civil e Trabalhista, o advogado é chamado sobretudo a compor litígios em que se contrapõem as partes envolvidas numa batalha técnica pela confirmação de suas demandas. O "outro", até mesmo o "outro" advogado, não obstante a ética profissional, representa um adversário, alguém a ser vencido na jurisdição. O Direito é, assim, um meio técnico, objetivo, de uma racionalidade instrumental, a serviço de pretensões que poderão ser reconhecidas apenas como interesses não amparados pela Ordem Jurídica ou como direitos que a legalidade jurisdicional assegura. Na Ação Penal, por exemplo, o advogado de defesa (e sabemos que todo e qualquer acusado tem direito a defesa) deve abdicar de suas opiniões e até mesmo de suas mais pro-

* O Autor: Paulo Umberto Stumpf, sj, advogado e jesuíta está fazendo seus estudos de teologia no Instituto Santo Inácio, em Belo Horizonte.

fundas convicções a respeito da inocência ou não do acusado, da justiça ou licitude do caso, e empreender todos os recursos legais e morais na defesa do réu. Na acusação, inversamente, o advogado tem de pleitear, até mesmo, a responsabilidade do culpado como consequência necessária do ato por ele praticado. A prática, no entanto, demonstra que os mecanismos aí usados nem sempre são tão morais e lícitos. "Os filhos das trevas" são mais espertos e usam inescrupulosamente artifícios às vezes imbatíveis pelos "filhos da luz". A dinâmica do Processo é mais a vitória na sentença do que a realização da justiça; mais dos meios do que dos fins.

É de notar também que não raras vezes o religioso defronta no exercício da advocacia com situações que contrariam legalidade e legitimidade, Estado e Sociedade, moral e licitude, punição e perdão... Questões que, pela sua opção de vida, reportam o religioso a outros parâmetros para além da vitória no caso concreto. Por outro lado, como profissional, o religioso advogado pertence a uma Ordem cujos Estatutos e Ética Profissional são, em muitos aspectos, eivados de um corporativismo insano e de princípios no mínimo discutíveis sob o prisma cristão. A começar pelo Exame de Admissão, agora, pelo novo Estatuto, o único meio de ingresso na Ordem dos Advogados. Muito suscetível à exploração em cursinhos especiais como seu pressuposto e de suspeitos critérios de seleção em que o serviço gratuito do religioso em favor dos movimentos populares e na defesa dos Direitos Humanos não só não conta pontos, como parece significar inabilidade para sua admissão; o referido Exame chega a reprovar 75% dos inscritos.

Por outro lado, predomina na prática advocatícia uma pretensa neutralidade teleológica, puramente normativista, em que se justificam os mais variados artifícios das "chicanas jurídicas", da litigância

de má-fé e dos recursos de indefinidas prorrogações e subornos.

Para além da nebulosa realidade descrita acima, é justo constatar, entretanto, que o religioso advogado também se encontra com não poucos advogados leigos cujas práticas causam admiração e alegria. Se o Direito é um instrumento que pode se tornar tão vil e desprezível, também é verdade que pode ser usado como um apaixonado serviço aos mais nobres ideais da pessoa humana e da sociedade civil. E aos advogados que abraçam estes ideais não faltam oportunidades de heroísmo, de serem até perseguidos e martirizados na defesa da justiça, dos Direitos Humanos, do pobre e da vida, como de muitos casos se tem conhecimento.

2. O JUDICIÁRIO

Já é lugar-comum a constatação "falência do Estado brasileiro". O Judiciário é vítima, mas também uma das mais tristes expressões desta crise. Sabemos, por estimativa, das causas que realmente valem para a sociedade, somente 0,8% o Judiciário consegue responder. O Judiciário não está dando conta dos grandes conflitos sociais que afligem nosso povo, como também está arcaico para responder aos litígios de ponta que exigem ciência e tecnologia numa contínua atualização de recursos humanos e instrumentais. Tornou-se um poder enclaustrado em si mesmo numa espécie de monarquia absoluta (o que a sua própria terminologia acusa: "Corte Suprema", por exemplo), cheirando ao individualismo e patrimonialismo burguês da Revolução Francesa, de um lado, e de outro, ao absolutismo napoleônico do qual nosso Direito teve influências marcantes.

Cresce a convicção da necessidade de um "controle externo" do Judiciário por parte do conjunto da sociedade civil, pois de fato o Judiciário atualmente não só é controlado pelo poder político e econômi-

co vigente, como ele próprio é a encarnação desses poderes. Assim, sob a sua pseudo-neutralidade teleológica e normativista expressa numa ingênua a-ética, manifesta-se uma antiética que submete a pessoa do pobre à defesa da propriedade, o bem social aos interesses particulares. "Neutralidade" que, disfarçada em legalidade do Processo, resulta na impunidade dos criminosos de "colarinho branco" e na sumária condenação de pobres e negros. É o conluio dos ricos e poderosos. É a conivência do mal para absorver os "amigos" e poderosos e maquinar a sorte do pobre. É a máxima contradição: "O Judiciário sem ética é como a falta de divindade em Deus". Torna-se um aparato de injustiça institucionalizada.

O Processo Judicial, por sua vez, aparece como um rito esotérico cuja linguagem chega a ser forçada para se tornar "técnica" e incompreensível aos cidadãos em geral; a solenidade, as vestes, a posição do juiz em relação ao réu... sinais de um poder intocável que, na sua prepotência, humilha a pessoa do pobre.

Faz-se perceber também o esforço do Direito e do Direito Processual, especialmente, em abstrair a pessoa humana concreta, que é situada em seu contexto de interrelações sociais, econômicas etc. É um esforço que procura ignorar a realidade de condicionamentos a que está sujeita a pessoa, suas influências, motivações, história, suas angústias e esperanças. No Processo, como aliás em todos os ritos sagrados, a pessoa humana assume a "máscara" de suas funções: vira Réu, Reclamado, Reclamante, Acusação, Promotoria, Doutor, Excelência...

No Direito Civil, esta abstração soma-se à predominância dos direitos reais (patrimoniais) sobre a pessoa. A rigor, em nosso Código Civil, quase desaparece o sentido de "pessoa", senão ligado a coisas. A "pessoa física" torna-se plenamente ca-

paz aos 21 anos, ou seja, quando adquire aptidão civil para comprar, vender, contratar... Ao se casar, trata-se principalmente do regime de bens, da administração dos bens, da partilha dos bens; e, ao morrer, da sucessão dos bens.

Já no Direito Penal a abstração da pessoa humana une-se ao machismo, chegando a ponto de nosso Código Penal definir o estupro sob o Título VI: "Dos crimes contra os costumes". Ou seja, o estupro não é crime contra a mulher, mas contra os "bons costumes". Leis mais recentes (a Lei de Exposição de Motivos, p.ex.) procuraram "suavizar" aberrações como esta de nossos Códigos. Infelizmente, na mentalidade judiciária, esta mudança é bem mais lenta.

Aqui, também, por justiça, devemos reconhecer que não poucos juízes e promotores públicos estão preocupados em que se realizem em sua jurisdição a justiça como fim e legitimidade deste Poder, procurando superar a inoperância e ineficiência, a irresponsabilidade e a impunidade tão presentes no aparato do Judiciário.

3. A ÉTICA

Falamos de Ética não como princípios ou tentativa de um tratado, mas como proposta de atitudes e projetos que se elaboram na prática do diálogo, da reflexão e das experiências concretas dos religiosos advogados. Assim, pretende ser um breve itinerário que sirva como perspectiva alternativa de uma prática judiciária e, sobretudo, como possível caminho de efetivação dos valores em que tanto acreditamos.

Algumas opções fundamentais norteiam este itinerário:

1ª) Opção pela vida e pelo amor: a vida humana é o bem supremo da criação; especialmente a vida do pobre e do excluído, daquele que, à margem da Ordem Ju-

rídica, não tem direito, nem quem o defende. A opção pelo amor, que está acima da lei. Amor que é compromisso, compreensão, paciência, perdão... "O amor que a tudo transcende"!

2ª) Opção pela justiça e pela liberdade: justiça que respeita a lei, mas que não se limita à lei, que é seu critério e ideal; justiça que considera a pessoa toda, em seu contexto e peculiar situação; justiça a partir do pobre e do excluído. É opção pela liberdade entendida como democracia e garantia dos direitos pessoais e sociais.

Em consequência, ousamos propor respectivamente às opções fundamentais:

1ª) Diante da morosidade e da inoperância do aparato judiciário: a ética da eficiência. A opção pela vida exige não somente boa legislação, ideais e boas intenções. É necessário que a prática efetivamente seja capaz de realizar estes valores. Em outras palavras, é preciso vontade política e competência profissional.

Diante da impunidade de ricos e poderosos e a discriminação de negros e pobres: a ética da responsabilidade. O Judiciário não pode fugir à sua função diante dos grandes problemas sociais, dos crimes de "colarinho branco", etc., sob pretexto algum. Tampouco o advogado ("indispensável à administração da justiça", cf. Const. Fed., art.133) pode permanecer indiferente a toda espécie de violação dos direitos humanos. Sem responsabilidade civil e penal não existe Ordem Jurídica. É a responsabilidade condição imprescindível das relações sociais. Até mesmo o perdão judicial no Processo (legalmente possível em alguns casos específicos) só tem sentido se na Sentença se puder responsabilizar o acusado pelos seus atos. Assim, por exemplo, quem provoca um acidente causando danos patrimoniais deve ser chamado a ressarcir e indenizar; o Político ou o Servidor Público que comete crime de responsabilidade (por ação ou omissão) deve

ser afastado de suas funções, respondendo até, se for o caso, civil e penalmente.

Porque "cidadania" implica direitos e obrigações, há responsabilidade. É a responsabilidade a expressão primeira do amor no Judiciário.

2ª) Diante da pretensa neutralidade do Judiciário e da prática normativista de advogados: a ética dos fins. É preciso considerar o "espírito da lei" enquanto valores reconhecidamente objetivados pela sociedade na Ordem Jurídica. São estes valores que lhe dão sentido e legitimidade. É preciso também resgatar o valor dos cursos de Ciências Jurídicas, cujo objeto é o Direito, e o valor deste, cujo fim é a justiça. O Judiciário sem o ideal da justiça é um corpo sem espírito (ou um espírito de porco), um barco sem leme, é um terrível aparato passível de manipulação pelo poder dominante. Exige-se da prática judiciária pureza metodológica enquanto Processo, mas opção teleológica enquanto Sentença que dá fim ao pleito nele contido.

Diante do poder e da autoridade, mormente abusada, sacralizada e absoluta: a ética do serviço. Serviço em favor das garantias e direitos fundamentais da pessoa humana e da sociedade. Ademais, juízes, promotores, delegados... são Servidores Públicos! Do cumprimento de suas obrigações e da correta prestação de seus serviços jurisdicionais é que deve prover seu poder e autoridade.

À luz dessas opções fundamentais e de suas implicações, é que o religioso advogado faz sua crítica à Ética Profissional do Advogado, aos Estatutos, ao Judiciário e à própria OAB.

Sob este mesmo prisma, enunciamos algumas propostas práticas:

—valorização e incentivo às experiências alternativas de Direito (Juizado de Pequenas Causas, dos já conhe-

Romero: "A Glória de Deus é o pobre vivo". A vida afrontada nos excluídos é o critério de julgamento dos julgamentos e suas "éticas".

O pobre escorraçado nos tribunais e nas delegacias; o operário despedido injustamente, sem perspectivas de trabalho; a mulher marginalizada; o menor abandonado... A prepotência do Juiz no "altar", a solenidade, a toga, o crucifixo na parede do tribunal, o conluio dos poderosos, a pequenez e a angústia do pobre sentado no banco dos réus... Realidades que provocam indignação e impelem o religioso advogado a um serviço apaixonado, gratuito e sem reservas em defesa da vida. Livre e consagrado, lança mão de um instrumento profissional, o Direito, e, por intermédio dele, de todos os meios possíveis para, numa luta apaixonada, salvaguardar a dignidade da pessoa humana e fazer valer os direitos e as garantias do pobre na conquista de sua cidadania.

E quando — esgotados todos os meios, empreendidos todos os esforços — resta a "angústia no fundo do tribunal", volta-se em prece a Maria, Mãe de Deus e Advogada Nossa para que ela interceda junto ao seu Filho a fim de que, nestas lutas, nem fracassos nem vitórias ofusquem o Espírito que nos conduz ao Reino do Pai.

Foram estes, basicamente, os assuntos do 2º Encontro Nacional, assessorado na área teológica pelo Pe. Rogério de Almeida Cunha — da CRB, e na área jurídica pelo advogado Roberto Queiroz, prof. de Filosofia do Direito da Universidade Federal de Brasília e Consultor Jurídico do Distrito Federal.

Há muitos aspectos a ser aprofundados, discutidos e desvendados em várias outras dimensões. Objetivo a que se propõe o 3º Encontro Nacional, já previsto para os dias 15, 16 e 17 de novembro de 1995, também em Brasília.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE:

1. O profissional advogado, e da mesma forma o religioso/a advogado/a, defronta não raras vezes com situações em que se contrariam legalidade e legitimidade, Estado e Sociedade, moral e licitude, punição e perdão... São situações que se repetem também em outros âmbitos profissionais, como escolas, hospitais, creches, paróquias. Observe um pouco a realidade de seu trabalho pessoal e procure perceber algumas destas situações. Quais são os critérios que você utiliza para situar-se nelas e até, eventualmente, atuar sobre elas?
2. O autor assinala que toda prática de trabalho deveria ser orientada por um itinerário norteado por algumas opções éticas fundamentais: a opção pela vida e

- pelo amor, a opção pela justiça e pela liberdade. A partir daí elabora algumas consequências práticas resultantes das opções: ética da eficiência, da responsabilidade, das finalidades, do serviço. Compare com o exercício profissional que você desempenha e tente elaborar os princípios que norteariam sua missão, bem como suas consequências práticas.
3. A mística do religioso/a advogado/a nasce da vida como relação dialética entre a prática advocatícia e a experiência de Deus na consagração religiosa, fazendo com que "nem fracassos nem vitórias ofusquem o espírito que nos conduz ao Reino do Pai". Como isto pode ser aplicado em sua realidade comunitária e pessoal tendo em vista a missão?

VIDA RELIGIOSA É COMUNICAÇÃO

Pe. Augusto César Pereira, scj*
Brasília — DF

A transparência é gêmea da honestidade. Nada de mentiras e meias-verdades.

Recusa às manobras escusas para proveito próprio.

Fora jogo de influências.

Longe levar vantagem em tudo.

Repugnância a segredinhos.

Nem a vida religiosa (VR), em nossos dias, escapa à decantada influência dos Meios de Comunicação. Os valores propostos ininterruptamente pelo MCS questionam e desafiam os valores propostos pela vida consagrada.

Sem dúvida, o problema coloca-se como uma questão de valores. Não se trata, fundamentalmente, de doutrina. Tratando-se de valores, desemboca na questão do estilo de vida.

Daí é que surgem perguntas muito difundidas na VR: se os valores dos MCS questionam e desafiam os valores da VR; se os MCS questionam e desafiam o estilo de vida em uso na VR.

O que me proponho, nesta reflexão, é inverter as perguntas: não deveria o estilo de vida proposto pela VR questionar e desafiar os valores impostos-propostos pelos MCS? O testemunho da vida consagrada não deveria balançar a cabeça do povo e dos jovens sobre a sedução dos MCS? As convicções que os religiosos cultivam são tão frágeis que não resistem a um apelo televisivo?

Para os que se interessam em refletir a questão sob o ângulo que proponho, dividindo-a em dois lances principais:

- 1) o processo da Comunicação na VR;
- 2) o uso dos MCS na VR, sob o enfoque de recepção.

Quero ressaltar, logo de início, que alguns pontos da VR que não forem abordados explicitamente não estão por isso sendo menos apreciados; nem sendo desprezados nem excluídos. Como não importa abordar tudo, proponho alguns pontos que me parecem expressivos para abordagem. Isto reflete o estágio inicial da minha reflexão.

Premissa: estou partindo da convicção de que a VR oferece condições de a pessoa desenvolver o seu compromisso com o Reino.

A VR não poda as potencialidades da pessoa nem a mantém sob um código de

* O Autor: Pe. Augusto César Pereira, scj, da Congregação dos Padres Dehonianos, coordena o setor de Comunicação da CNBB.

proibições para conservá-la fiel. A VR indica caminhos a seguir.

Para facilitar a esquematização didática, estou entendendo a prática concreta dos valores do Reino, na VR, por meio da VIDA COMUNITÁRIA e dos CONSELHOS EVANGÉLICOS. A VR, pois, como proposta de um estilo de vida na prática dos valores do Reino.

Por outro lado, os MCS estão a serviço também de uma proposta, ou seja, de um estilo de vida que resulta igualmente prática de certos valores.

No confronto entre uma e outra proposta, penso estar encaminhando a reflexão em torno da influência, do questionamento e dos desafios dos MCS para a Vida Religiosa, ou o contrário.

1. A VIDA COMUNITÁRIA E O PROCESSO DE COMUNICAÇÃO

A VR é essencialmente comunitária. A vida comunitária surgiu antes da prática dos votos religiosos. Ela é que dá condições para que eles possam ser vividos em seu pleno significado.

A vida comum é o laboratório onde se testa a possibilidade de pôr em prática a característica do projeto do Reino que é a fraternidade. Testar a possibilidade de viver o Reino não é tudo. Mais ainda, a vida em comum prova que é possível, entre as pessoas, viver concretamente os valores do Reino. E mais: pelo testemunho desta prática concreta, desafia a sociedade a experimentar o mesmo estilo de vida. O que parece impossível à vida social é provado ser possível na vida fraterna. Ela se torna, então, o laboratório onde se experimenta e se torna possível a proposta de novo relacionamento entre as pessoas e na sociedade também.

A fraternidade, na vida comum, é o sinal próprio da VR em nossos dias. Uma comunidade religiosa torna-se exemplo do que devem ser a família, a sociedade — afinal, qualquer grupo humano. Exemplar, não é a comunidade que não tenha conflitos entre os membros. Exemplar, é a comunidade que mantém a capacidade de relacionamento e que encontra, no diálogo fraterno, o caminho para discernir a melhor atitude comunitária diante dos conflitos inevitáveis nos grupos humanos.

Este tipo de relacionamento é fruto de uma mentalidade comunitária (ou fraterna). A mentalidade é muito mais do que alguns atos esporádicos de comunidade ou em conjunto. A mentalidade é a concepção que torna a pessoa totalmente envolvida pelo espírito comunitário. Como na figura de São Lucas, para significar o envolvimento dos apóstolos pelo Espírito Santo: é como o fogo que penetra a madeira e a torna uma brasa.

Pois isto é que a Campanha da Fraternidade de 1989 definiu como Comunicação: o conjunto das relações entre pessoas, para construir a comunidade-comunhão (Texto-base, 5). Na Igreja, em geral, falando de Comunicação, entende-se os instrumentos de Comunicação: rádio, jornal, TV, telefone... A Comunicação é mais que os Meios de Comunicação. A Comunicação não acontece entre meios e pessoas, mas entre pessoas com pessoas.

Não se trata apenas de relacionamento entre pessoas justapostas: umas ao lado das outras. É relacionamento intenso, tão íntimo quanto mais as pessoas se reconhecem como irmãs, em fraternidade. Não são relações funcionais como as do organismo humano. Não se trata de cumprir um papel ou uma função. Trata-se, isto sim, de compromisso com uma missão comunitária.

Quando se fala de Jesus-esposo é para significar o relacionamento pessoal com ele. Quando se fala da família religiosa,

tem a ver com o ambiente natural da família, para promover relacionamento e construir comunidade.

A pessoa consagrada que encontra nas muitas e longas horas em frente da TV sua companhia predileta ainda não pôs em ação o senso crítico. Para quê? Para se dar conta de que a TV está preenchendo a sua solidão vazia do espírito em comunidade.

O estilo de vida alardeado pelos MCS é exatamente o individualismo, com o indivíduo como o centro de tudo; e o subjetivismo que faz do indivíduo a sua própria referência. A pessoa consagrada que não tiver discernimento pessoal nem comunitário irá afundando sempre mais em si própria, na sua solidão. É esta carência de espírito comunitário que abre espaço para a TV ocupar. É muito discutível a influência da TV. A pessoa é que está predisposta para ser influenciada. Alguém predisposto aos valores da comunidade, com certeza, não sofrerá a influência nem o questionamento nem o desafio. Pelo contrário, será ele, com seus valores, uma opção considerável para ser levada em alta conta.

A vida comunitária é uma orquestra sempre em busca de maior harmonia. Nos ensaios, as falhas individuais e coletivas são corrigidas. E seu espetáculo é admirado e aplaudido. A vida comunitária na VR precisa encontrar a maneira de se fazer espetáculo para a sociedade de hoje. Não só para arrancar aplauso e admiração, mas para testemunhar que é possível viver o processo de comunicação que produz comunhão fraterna.

Os aspectos que mais caracterizam a Comunicação na vida comunitária me parecem ser três: dialógica, horizontal e transparente.

Dialógica lembra o diálogo. Diálogo, bem mais que falar, é saber ouvir. Porque o outro, falando, vai-se revelando. A atitude de diálogo tem de ser, essencialmente,

entre iguais. Tanto se tem para falar como para ouvir. O diálogo é a sincera busca do encontro e da descoberta do outro. Constrói o respeito profundo pela alteridade: pela história do outro, pelos seus talentos e limitações, pelo seu ser, enfim. O diálogo é a expressão máxima da acolhida.

Buscar manter o mesmo nível entre os dialogantes é o que caracteriza a comunicação horizontal.

A transparência é gêmea da honestidade: nada de mentiras nem de meias-verdades; recusa às manobras escusas; para fora com jogo de influências; para longe o levar vantagem em tudo; repúdio a manobras capciosas para proveito próprio; repugnância aos segredinhos entre pessoas ou grupelhos... Na vida em comum, fica radicalmente excluído o desprezo pela opinião de outros!

A Comunicação autoritária destrói a confiança da comunidade. Mina a própria autoridade, afoga o diálogo, desautoriza a representatividade, descompromete as pessoas com a missão comum... A Comunicação autoritária é vertical, de cima para baixo: não sensibiliza nem compromete a comunidade. Infantiliza ou gera adultos com traços de adolescência mal administrada. Destrói a responsabilidade. Produz revoltas e revoltados. O preço que se paga pelo emprego da Comunicação autoritária é muito alto. Na verdade, a Comunicação autoritária não é Comunicação.

Comunicação — insistindo — é o relacionamento entre pessoas que constrói comunhão.

É com júbilo até que encontramos em recente documento da Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica (02/02/1994) adotada a nossa definição de Comunicação e seu processo de construir comunidade. Em **A Vida Fraterna em Comunidade**, no capítulo 2, quando encara a vida

religiosa como lugar de fraternização, afirma, explicitamente: "Na renovação destes anos, a Comunicação aparece como um dos fatores humanos que adquirem crescente importância para a vida da comunidade religiosa" (29). Destaque ainda para sugestivos títulos perfeitamente identificados com o processo de Comunicação: "Comunicar para crescer juntos" — "Do eu ao nós" como descoberta do outro — "A fraternidade como sinal" com toda força de significado que tem a palavra sinal.

A Comunicação — dialógica, horizontal e transparente — desencadeia o processo participativo e corresponsável na comunidade. A Comunicação faz brilhar o sinal próprio da vida em comum, a fraternidade. O testemunho da vida fraterna é imprescindível para a própria sobrevivência da VR. Comunicação na VR é isso aí.

A Comunicação é uma questão essencialmente de relacionamento.

2. O IMAGINÁRIO EM AÇÃO

A consideração especial em torno da televisão justifica-se plenamente. Além de a TV ser o maior avanço da área da Comunicação, todas as conquistas possibilitadas pela sofisticada técnica do computador foram absorvidas com absoluto sucesso pela TV.

A televisão, atualmente, mais que ideologia, é mercado. Interessa-se pelo que vende. Para vender, é claro, precisa de audiência. Daí que a relação da TV com o receptor é transformá-lo em consumidor.

Os estudos da psicanálise insistem em afirmar que a TV está falando ao imaginário do telespectador. Ela explica os símbolos guardados no inconsciente dos sonhos, desejos, fantasias, medos, amores, afetos, repulsas, tendências... Partindo deste ponto de vista, o receptor não é passivo como se costuma afirmar. Pelo contrário, com

muito boa técnica e recursos das ciências humanas, a TV trabalha incansavelmente o imaginário. Assim provocado, o imaginário faz funcionar o que está adormecido no fundo do inconsciente. O receptor, portanto, reage. E age! É possível afirmar que mais importante do que está passando na TV — novela, filme, imagem, som — é o que está se desenrolando na fantasia despertada. Leva a pessoa cada vez mais para dentro de si própria no mais fundo de seu íntimo. Seria uma explicação convincente para o fascínio que a TV exerce?

Trazendo essa consideração para a vida religiosa, poderá ser de alguma boa ajuda. Num exercício de auto-análise, será relativamente fácil o religioso identificar seu imaginário; suas carências afetivas e emocionais; suas frustrações; suas ambições ocultas...

É possível que aquilo ou aquele (aquela) que exerce maior atração sobre a pessoa seja o melhor indicador do que ferve lá dentro do inconsciente. E se torne o seu consciente; e transforme seu imaginário em sua realidade autêntica.

Em miúdos: a reflexão pode caminhar pela observação serena e fiel em torno de qual é a torcida que a gente faz por tal artista ou atriz em determinado papel e diferentes situações. Uma cena violenta provoca raiva, rancor, desejo de vingança? Cena erótica e pornográfica leva a que tipo de reação... nos surpreende em que tipo de devaneios?

A pessoa, defronte da TV, sente-se compensada imaginariamente de suas renúncias? E as transferências? A pessoa sente-se bem vendo o rico perder tudo? Ou o chefe ser flagrado em alguma atitude que o leve à destituição?

Divagar nas asas do imaginário não é alienação. É muita realidade. Porque é o íntimo do profundo da pessoa: nem sempre conhecido, mas real, porque existe.

Sob esse ângulo, para um observador atento de si próprio, boas lições poderão ser aprendidas na TV.

3. REGRA DE OURO

Do que até aqui se tratou e do que se tratará adiante não é para concluir que toda e qualquer reação ao que a TV apresenta seja resultado de neuroses, recalques e quetais.

Igualmente, é necessário ter em conta que é muito raro encontrar alguém completamente imune a qualquer possibilidade de introjetar ou absorver o permanente bombardeio da TV e dos MCS em geral.

É conveniente, porém, recordar a pedagogia do Evangelho de que não é o que entra na pessoa que a mancha. É aquela outra de Paulo, aconselhando a reter o que for bom!

A regra de ouro para medir nosso comportamento é sempre o bom senso.

4. A LINGUAGEM DA TV

Convém que para melhor compreender a relação MCS/Receptor demos uma importância especial à televisão. Além de explorar o imaginário das pessoas, a TV tem outras características. A TV tem sua linguagem própria.

Para a TV, a estética vem em primeiro lugar. Ou seja, a TV é arte, esmera-se na forma. O seu "alfabeto" não se compõe de palavras, mas de imagens. E imagens em velocidade. A sua linguagem é, pois, o conjunto formado por: plano, corte, enfoque, enquadramento, som, tomada, cenário, sentimento, emoção, luz...

A relação da pessoa com a realidade não se faz diretamente, mas por meio da tecnologia. O telespectador toma contato com o real da vida e das coisas, pelo aparelho. É um processo tecnológico. Não vou

ao mundo, ele vem a mim. E vem pronto, sem o meu esforço de ter de descobri-lo ou conquistá-lo. Assim sendo, a técnica é o centro. O mundo não é mais teocêntrico nem antropocêntrico. Tudo o que se busca na realidade das coisas e das pessoas é visto por uma câmera. A câmera é que escolhe o que "fica melhor".

Daí também o dizer-se que a TV fabrica a realidade. A câmera escolhe o melhor ângulo, o choque mais emocionante, a cor mais exuberante, o som mais envolvente... Sem se preocupar com o que é, de fato, o real. Não há mais tempo nem espaço: tudo é agora, tudo é aqui. A parte é mais que o todo; o detalhe, mais que o conjunto; a ilusão é mais que o real.

Além disso, a TV é espetáculo. Tudo tem de ser apresentado em forma de show; é circo. Tende para o conflito, o inusitado, o polêmico, a discussão, a provocação. O óbvio não causa impacto.

A TV só tem uma direção. Ela só envia, não recebe. Ela não dialoga, monologa. Até quando dá a impressão de que "você decide". E tudo em ritmo acelerado.

Ela segue a lei do mercado: vai para a telinha o que vende. O objetivo é conseguir lucro.

A consequência da tecnologia e sua linguagem sobre a pessoa, segundo a psicanálise, é dupla: esquizofrenia e psicose. Esquizofrenia, etimologicamente, é cabeça dividida: a pessoa não se situa no tempo nem no espaço; é só o momento. A psicose leva ao comportamento auto-referente, voltado para si próprio; não vai a lugar algum.

A realidade é apresentada por imagem sem poder de representação, sem significado, vazia. Não é mais real, é ficção. Ou, quem sabe, nem mais real nem mais ficção...

Para a formação do senso crítico, a pessoa consagrada tem de levar sempre em

conta estas características da TV. Não adianta querer mudar esta linguagem, porque mudando não será mais televisão. Tendo conhecimento de seu funcionamento, fica bem mais fácil discuti-la e analisá-la; fica mais consciente a posição do receptor crítico. Sabendo dos truques dela, a influência será menor.

Na prática, porém, não é tão simples assim. Porque os recursos da linguagem televisiva são de uma eficiência a toda prova. Pegam-nos de surpresa e nos conduzem a seu bel-prazer.

Tal conhecimento não elimina a necessidade do cultivo pessoal da auto-educação.

O certo é que a linguagem da TV não torna o receptor passivo nem alienado. Ela o faz ativo e participante, porém segundo o critério tecnológico.

Por fim, dado que esta linguagem veio para ficar; dado que ela inaugurou uma nova maneira de "falar"; dado que ela atinge o mais profundo da pessoa humana... ela desencadeia séria discussão exatamente sobre esta sua maneira própria e nova de "falar". Não se pode ignorá-la nem a ela ficar indiferentes. Ela é uma nova realidade.

É claro que a linguagem da TV suscita reflexão em torno da linguagem com que a VR "fala" às pessoas de hoje. Será a linguagem televisiva a nova maneira de também a VR falar? Há, ao menos, elementos da linguagem *tecnológica* que possam ser aproveitados? Querendo ou não, a linguagem tecnológica aí está. A nossa ainda está por ser definida.

5. TESTEMUNHO PÓS-MODERNO

Nossa época de modernismo e pós-modernismo caracteriza-se por três aspectos que envolvem a todos: o individualismo e a emergência do subjetivismo; o

pluraismo cultural e religioso, as condições sociais. Depois de encarar esta realidade, as "Diretrizes da ação pastoral da Igreja no Brasil" (1991-1994) propunham novas acentuações na evangelização, cada qual com uma resposta: a valorização da pessoa e da experiência subjetiva; a vivência comunitária e a diversificação das formas de experiência eclesial; uma presença mais significativa da Igreja na sociedade (cf. cap. III e IV).

A VR não está imune a tais influências. Nem a Comunicação, através de seus poderosos Meios, deixará de explorar tais tendências. Assim como as Diretrizes procuram uma resposta pastoral, a VR terá de tentar dar as suas também. Interessante exercício poderá ser o empenho de buscar detectar as características do pós-modernismo nos MCS (TV especialmente) e qual o comportamento adequado para dar a contrapartida. Particularmente, com que tipo de testemunho a VR poderá testemunhar o espírito do Evangelho dentro do espírito da época?

Estamos diante de um estilo de vida pós-moderno. Ora, a VR não é uma renúncia à vida. A VIDA religiosa é também um estilo de vida com significativa dimensão profética e os aspectos de denúncia, questionamento e anúncio. Sendo até recusa ao estilo de vida que "o mundo" propõe. Porque não apenas se recusa a adotar determinado estilo de vida imposto, a VR testemunha "o novo" evangélico.

O episódio evangélico conhecido como "as tentações de Jesus" (Mt 4,1-11) presta-se muito bem para esta reflexão. O tentador apresentou-lhe uma proposta diferente, como se Jesus pudesse cumprir a mesma missão, porém de outra maneira. Tivesse Cristo entabulado um acordo, escaparia da cruz e de outros sofrimentos mais. No entanto, ele é que propunha o novo para a humanidade. A recusa dele não é recusa pela recusa, mas motivada pelo fato de ele oferecer uma proposta nova.

As “tentações” que assaltaram Jesus estão aí a todo instante. Sempre mais sutis. Por vezes escancaradas. O “tentador” é pior do que se diz; mais feio do que se pinta... Já falou alguém que, hoje, o tentador vem travestido de “mídia”. Sua proposta de um estilo de vida baseado no poder da violência de todos os tipos; no gozo da vida com toda sorte de ostentação e esbanjamento; na busca desenfreada de prestígio; na ambição desmedida a qualquer custo. Tentando cooptar Cristo para usar sua condição divina para contabilizar conquistas terrenas...

Uma análise, embora superficial, da “mídia” revela tudo isso em pormenores de uma eficácia extraordinária para pegar os desprevenidos.

O estilo de vida da VR há de ser construído em formas e maneiras de viver no dia-a-dia das pessoas e das comunidades. Para um testemunho de novos valores (ou dos valores permanentes em maneiras novas), também em forma de vivência. A exemplo de Cristo que é o modelo acabado da VR, a recusa não se faz pela recusa, mas em vista de uma proposta muito própria e fundamentalmente evangélica de um estilo de vida sóbrio, decente, discreto, humilde, desapegado, disponível, de imensa felicidade. Ou, melhor, não apenas **apesar de**, mas justamente **por causa de**.

A felicidade é o grande trunfo que a TV explora. De maneira direta, a publicidade oferece a felicidade. Uma felicidade ao alcance da mão. É só comprar tal produto, que a felicidade está aí, prontinha, sorridente... feliz!...

A vivência da VR precisa também irradiar a felicidade. O mundo tem necessidade de testemunhas alegres, joviais, comunicativas. Capazes, sempre, de se apresentar a favor dos valores que trazem felicidade. Está na hora de eliminar nossa maneira de nos apresentar sempre contra. Nada temos para apresentar a favor? Contra a

pena de morte ou a favor da vida? Contra o preservativo ou a favor do amor repartido? Contra a violência ou a favor da paz? Um testemunho que manifeste felicidade por ser sempre a favor de valores positivos que constroem a felicidade.

6. OS CONSELHOS EVANGÉLICOS

Os conselhos evangélicos (votos) não podem ser encarados isoladamente. Como se tivessem valor cada qual em si próprio, e sem ligação um com o outro.

Os conselhos evangélicos são para ser vividos na comunidade. Em ligação estreita com a missão da comunidade em vista do Reino. Eles se alimentam e se robustecem na vida comunitária. E, em troca, eles também alimentam e robustecem a vida comunitária.

Tanto os conselhos evangélicos como a vida comunitária têm de “falar” às pessoas de hoje. Como, antigamente, falaram também. Hoje, este estilo de vida em comunidade, no espírito e na prática dos conselhos evangélicos, tem de ser sinal. Um sinal precisa ser visível (que se possa ver, experimentar) e compreensível (que se possa compreender sem necessitar de muita explicação). O sinal é essencialmente Comunicação. Para gerar a reação do receptor.

O sinal emitido pela VR é a linguagem desta mesma VR para as pessoas de hoje. À maneira de estas pessoas ver e compreender. Uma linguagem que não se prenda a palavras apenas, mas seja um todo no ser religioso, no ser consagrado.

A crise dos valores existe. De um lado, as pessoas são assaltadas por uma enxurrada de modos variadíssimos de propagar valores — poucos, mas muito bem apresentados pelos MCS. As pessoas acabam perplexas, desorientadas, confusas. Quan-

do não, decepcionadas ao se desiludirem com os fogos de artifício e propostas enganosas. Os que não chegam a entrar em crise existencial vão contornando-a, driblando como podem, intoxicando-se com toda a sorte de esoterismo.

Do lado da VR, vejo a crise de Comunicação. A crise dos valores na sociedade corresponde à crise de linguagem da VR. Uma crise de linguagem-testemunho que não consegue comunicar os valores aos quais diz haver consagrado sua vida e seu ser. Como comunicar — às pessoas de hoje — que vale a pena consagrar-se pelos conselhos evangélicos da pobreza, da castidade e da obediência? Qual é o tipo de linguagem que poderá deixar isso tão compreensível que a juventude acorra esperançosa à VR? Tem de haver uma maneira.

Será que se deve o desprestígio do estilo de vida da VR à destruição que a TV promove ou a um tipo de linguagem que não testemunha suficientemente compreensível?

A reflexão proposta tornar-se-á mais concreta se analisarmos cada um dos três votos, como proponho a seguir.

7. POBREZA

Caracterizamos o voto de pobreza evangélica como sendo o espírito de **partilha dos bens**. Tudo que costumamos entender por BENS. Neste espírito, a pessoa se liberta de ser escrava dos bens, para se tornar dona dos bens. Livre ela própria, a pessoa torna-se, também, pessoa libertadora. Isto é, ela dispõe de seus bens a serviço do Reino; faz de seu trabalho uma expressão de solidariedade com as condições de vida dos homens de nosso tempo e com os pobres; sua atitude é uma denúncia profética das injustiças sociais. É, ao mesmo tempo, uma atitude de despojamento e de recusa à ostentação e ao esbanjamento. Mostra, concretamente, o fator construtivo da gratuidade.

Já os MCS, ao contrário da partilha evangélica, propõem a acumulação dos bens pelo consumismo desenfreado. Pregam que a felicidade se consegue no acumular, e não pelo repartir. Os MCS incluem como membro ativo da sociedade quem consome; e excluem da sociedade quem não pode consumir. A pessoa vale, então, pelo que tem ou simula ter. Quem não cabe na categoria de consumidor não cabe na categoria de cidadão.

Não há necessidade de muitas manobras analíticas para perceber que o religioso que não tiver o espírito do voto de pobreza será alvo fácil dos MCS. Na verdade, os MCS não estão apresentando questionamento algum: estão pegando mais uma vítima de sua força persuasiva. Necessário se faz que a proposta da pobreza evangélica questione tal tipo de religioso.

Cabe, aqui, uma alusão ao uso que religiosos fazem das novas tecnologias. É conhecido o custo altíssimo delas. Será contra testemunho usá-las? Penso que depende do discernimento: se estiverem a serviço da causa do Reino, seu uso estará plenamente justificado.

O estilo de viver a pobreza evangélica é um forte questionamento à proposta divulgada pelos MCS.

8. CASTIDADE

Entendemos ser o voto da castidade evangélica bem mais abrangente que o celibato (no espírito do artigo do Pe. Edênio Valle, svd, em **Vida Pastoral**, set./out. 1993).

A castidade caracteriza-se pela forte dimensão de disponibilidade para a fraternidade. Abre o religioso para a possibilidade do amor universal. Amor, de preferência, aos que estão desprovidos da experiência de ser amados ou excluídos de qualquer consideração da sociedade.

É a proposta que apresenta um estilo de vida que dá a felicidade aos que vencem na vida: os mais fortes, os mais espertos, os mais sabidos... Os demais não vencem porque são tímidos, fracos... Os demais que se danem...

Naturalmente, sem o espírito de serviço, o voto de obediência acarretará frustrações que tornarão tal religioso alvo típico da proposta dos MCS. Os MCS não servirão de questionamento, mas revelarão o estado da pessoa e a iludirão com sua proposta. E quem for chamado à autoridade e não a encarar como um serviço fraterno ao bem comum levará para a VR o paradigma dos MCS.

O religioso e a comunidade desprovidos do espírito evangélico do voto de obediência procurarão transplantar para si e para dentro da comunidade todos os vícios da sociedade competitiva e autoritária.

O estilo de vida proposto pela obediência evangélica questiona profundamente a proposta veiculada pelos MCS.

10. CONCLUSÃO

Muitos séculos antes de haver os MCS para divulgar outras propostas de estilo de vida que não a proposta evangélica, já houve religiosos que não se sentiam felizes em sua opção de vida.

De maneira que não são os MCS que questionam a proposta evangélica da VR. É a opção de vida não integrada à pessoa do religioso que balança as convicções antes tão firmes. Os MCS — a TV principalmente — são, hoje, mais eficazes não em questionar a VR, mas em desentocar tudo o que possa estar armazenado a muitas chaves no íntimo do sub e do inconsciente. Os MCS mostram onde estão os

podres. Para o religioso fiel e leal observador de si próprio, os MCS se tornarão aliados na busca de seu sempre maior autocohecimento e de seu cultivo pessoal integrador dos valores do Reino em sua vida.

A proposta da VR, se for perfeitamente integrada à pessoa do religioso, será ela o grande questionamento ao estilo de vida apregoado como capaz de dar a felicidade. O testemunho de vida dos religiosos individualmente e das comunidades religiosas é o questionamento mais que necessário e urgente para a sociedade de hoje.

O problema, me parece, está na nossa linguagem. Como vamos falar ao homem de hoje sobre o estilo de vida baseado em valores evangélicos como a pobreza, a castidade e a obediência? Tem de haver uma maneira possível de denunciar e interpelar os valores “do mundo” testemunhando os valores do Reino como: 1º) possíveis de serem vividos hoje; 2º) capazes de dar a felicidade tão buscada hoje; 3º) propostos como saída para as frustrações da pessoa e da sociedade, hoje.

O mundo sofisticadamente técnico cria vazios que precisam ser preenchidos e necessidades que precisam ser satisfeitas. A VR tem valores para responder a tais vazios e necessidades. Como, porém, apresentar esses valores?

Os valores que pretendemos apresentar pecam pela imprecisão de sua identidade, pela fraqueza de suas justificativas, pela inadaptação de sua linguagem.

Impõe-se uma profunda revisão não dos valores, mas da maneira de testemunhá-los.

Há uma essencial diferença entre a linguagem da nossa Igreja que diz “quem não crer será condenado” e a de um pastor que não se cansa de afirmar “Deus te ama”!

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE:

1. Logo no início de seu artigo o autor propõe inverter as perguntas que a vida religiosa faz habitualmente diante da influência dos meios de comunicação social (MCS): não deveria o estilo de vida proposto pela VR questionar e desafiar os valores impostos-propostos pelos MCS? As convicções que os religiosos cultivam são tão frágeis que não resistem a um apelo televisivo? Como você e sua comunidade se situam diante destas perguntas? O que poderia ser dito diante de cada uma delas?

2. No documento "A Vida Fraterna em Comunidade" é declarado que "na renovação destes anos, a Comunicação aparece como um dos fatores humanos que adquirem crescente importância para a vida da comunidade religiosa". Trata-se

da comunicação conjunto de relações entre pessoas para construir a comunidade-comunhão, primeiro espaço profético de uma comunidade de VR diante do mundo dirigido pelos MCS. Que importância concreta é dada por sua congregação para a construção destas comunidades de comunhão-comunicação?

3. Os votos enquanto sinal só o são se comunicam o conteúdo existencial da proposta da VR consagrada. Segundo o autor, há na VR uma crise de linguagem-testemunho que não consegue comunicar os valores aos quais diz haver consagrado sua vida e seu ser. Na sua opinião onde estão as dificuldades em relação a cada voto? O que poderia ser modificado?

RUMO AO COMLA 5

O EVANGELHO NAS CULTURAS

CAMINHO DE VIDA E ESPERANÇA

Grupo de Reflexão e Ação Missionária
CRB Nacional — Rio de Janeiro/RJ

O Evangelho e as culturas se completam.

A força do Evangelho deve ajudar as culturas a tornarem visível sua riqueza específica para toda a humanidade.

Na alegre caminhada rumo ao COMLA 5, o tema deste Congresso: O Evangelho nas Culturas — Caminho de Vida e Esperança, começa a se tornar familiar, apesar da sua complexidade.

Falar e assimilar este tema é um desafio, mas também uma grande esperança, um questionamento que nos impele a avaliar a nossa evangelização de ontem e de hoje, em vista de novas propostas para o futuro da evangelização. Perguntemo-nos: O que é cultura?

1. CULTURAS COMO FONTE DE VIDA

1. A cultura é considerada, de um modo geral, um privilégio das elites. Consideram-se cultos os que tiveram a oportunidade de frequentar a escola durante muitos anos. São pessoas que aprenderam a interpretar símbolos e sinais do meio intelectual, dominaram conceitos e armazenaram

conhecimentos, que não estão ao alcance de toda a população. Esta forma de pensar reduz profundamente o significado e o dinamismo das culturas.

A cultura evidencia a diferença específica de cada grupo social. Ela determina a maneira de fazer política, exercer o poder, a forma das construções materiais, o cultivo da terra, a transmissão de conhecimentos, as manifestações artísticas, as relações humanas e religiosas, a segurança, a manutenção do grupo... enfim, constrói a identidade — diferença de cada povo.

Os povos construíram e continuam construindo muitos lares, que assimilam diversas formas de solucionar seus problemas e desafios. Portanto, a cultura é tudo aquilo que grupos humanos criam e realizam para organizar, promover e defender a vida. A cultura é para o ser humano aquilo que a água é para o peixe. É a fonte de vida de um povo, é o lugar onde os povos percebem os caminhos da vida e da esperança, a revelação do Deus da vida.

2. CULTURAS, DINAMISMOS E DIVERSIDADE

Falar de culturas é falar de caminhos e dinâmicas diferentes; modos diversos de organizar, promover e defender a vida. Cada povo tem a sua cultura; isto é, seu modo próprio de ser. Não existe um único padrão ou norma que determine a vida dos povos. Nestes “caminhos” encontramos

“estruturas de morte”, ou antivalores que perpassam a vida de grupos sociais, mas não chegam a se constituírem como cultura.

As “estruturas de morte” atrapalham a vida de um povo. Mas como a cultura, na sua história, está em função da defesa da vida, cria mecanismos para superar tais estruturas. O seu dinamismo e força servem de antídoto contra o mal.

A compreensão das diferenças culturais nos ajudam a superar o equívoco de que existe cultura superior e inferior. Não é possível comparar uma cultura com outra. Cada cultura responde às necessidades de um povo determinado. O desenvolvimento do conhecimento técnico-científico é um aspecto de uma cultura, nem por isso a torna superior.

Em nome desta falsa superioridade cultural e em vista de um projeto expansionista, os povos africanos, asiáticos e latino-americanos foram violentados, subjugados, escravizados e dizimados. Esta violência procurou eliminar do nosso meio culturas milenares.

Não respeitar a cultura do outro é destruí-lo por dentro. Infelizmente a evangelização imposta aos povos latinos não respeitou a dinâmica das culturas que vem do próprio Evangelho. A atitude de Deus Pai foi outra: inculturar-se no seio de seu povo por intermédio de seu Filho Jesus. Esta ação concreta de Jesus tornou-se Boa Notícia e deve ser comunicada a todos os povos.

3. CULTURAS, FONTE DE RESISTÊNCIA

É um direito essencial de todo povo ou grupo humano conservar sua cultura ou alterá-la a partir de opções, o quanto possível, livres e não impostas por outros grupos. Na prática cotidiana os povos ajustam permanentemente seus sistemas de vida, inventam novas soluções para seus desafios.

A violência e a dominação dos conquistadores em nosso continente foi muito

cruel. Nossos povos foram totalmente destruídos e assimilados pelo sistema, porque encontraram na sua própria cultura forças de resistência. A fonte de resistência não vem de fora, mas está dentro do próprio povo, que enquanto resiste e luta se revitaliza, reconstitui a sua história e a sua identidade.

A arma do colonizador é negar a cultura do colonizado. Como os colonizadores desconheciam a multiplicidade das culturas afro e indígenas, não foi possível eliminá-las pelo jugo da dominação colonial.

A resistência dos grupos minoritários está na sua identidade-diferença. Ela é a autodefesa contra projetos integracionistas. A identidade-diferença cria a multiplicidade dos povos, impedindo grupos minoritários de serem abarcados por projetos globalizantes. Quanto maior a identidade, maior a diferença, a diversidade, a resistência, a riqueza cultural.

As diferenças culturais não devem ser encaradas como obstáculo, mas como realidade enriquecedora para todos.

As culturas representam um desafio para testemunhar e anunciar o Evangelho. Trabalhar para fortalecer a cultura, a história, a cosmovisão de um povo significa preparar as bases para que o Deus da vida possa revelar-se no seu Filho Jesus, os conteúdos da fé possam se expressar, criar resistência para não sucumbir aos ataques dos inimigos da vida.

4. CULTURAS, TESOUROS ESCONDIDOS

Todas as culturas possuem inestimável riqueza, capaz de responder a diferentes desafios. A sua riqueza se expressa em uma cosmovisão própria que não pode ser avaliada segundo as normas de qualquer mercado. Ela tem sua lógica própria, seu modo específico de articular a vida em sua globalidade. Quem a encontra a defende, colocando em risco a própria vida. Em defesa deste tesouro os povos resistiram,

como aconteceu em nossa América, até a morte.

A América Latina e o Caribe apresentam uma realidade cultural grande e complexa. Nossos povos estão adquirindo crescente importância na definição da identidade latino-americana e caribenha. Suas culturas são sistemas que integram todos os seus membros. Todos são sujeitos e protagonistas de sua história. Seus bens e riquezas são para todos, enquanto no sistema capitalista as pessoas são excluídas. Este sistema presta seus serviços a uma pequena elite dominante.

Todas as culturas possuem elementos evangélicos, que não foram reconhecidos nem explicitados no processo de evangelização. A Boa Nova de Jesus tem nas culturas um terreno fértil que precisa ser reconhecido e acolhido pelos evangelizadores. Nas culturas encontra-se a luz necessária para o Evangelho existir: "O Verbo de Deus, antes de encarnar e recapitular em si todas as coisas, já estava no mundo como luz verdadeira que ilumina todo homem" (Jo 1,9s).

O evangelho e as culturas não são contraditórios, mas se completam. A força do Evangelho deve ajudar as culturas a tornarem visível sua riqueza específica para toda a humanidade.

II. O EVANGELHO NAS CULTURAS

1. EVANGELHO — FORÇA QUE VEM DE DEUS

O Evangelho que, conforme diz São Paulo, "é a força de Deus para salvação de todo aquele que crê" (Rm 1,16) realiza e expressa a sua natureza encarnando-se nas culturas. Santo Domingo diz "toda evangelização há de ser inculturação do Evangelho" (SD 13).

A riqueza de Deus contida no Evangelho é força criadora e transformadora, ela

age em época e situações diferentes "de muitas maneiras e de muitos modos" (Hb 1,1), passa pela vida, pela história e pela realidade humana criando novas relações, novas formas de convivência humana, novos compromissos.

O Evangelho que não está vinculado e identificado com nenhuma cultura pode realizar-se em cada cultura, em todas: "inculturar-se mais no modo de ser e de viver de nossas culturas levando em conta as particularidades das diversas culturas, especialmente das indígenas e afro-americanas" (SD 30).

O quadro crítico da crescente situação de miséria e exclusão na América Latina poderia desanimar e fazer abandonar os objetivos de luta pela justiça e deixar de acreditar na força do Evangelho. É preciso acreditar e dar vida ao programa de Jesus para suscitar vida e liberdade. O dinamismo de Deus para que continue ativo nas comunidades e nas pessoas exige compromisso a partir dos pobres e excluídos da sociedade, apesar dos obstáculos e rejeição que a proposta evangélica encontra, sobretudo na própria casa (cf. Lc 4,14-24).

A riqueza do Evangelho, acolhida e anunciada, fará desabrochar o Reino já presente nas culturas, nascer pessoas novas, cheias de esperança, capazes de assumir compromissos e libertação dentro do dinamismo e da força do Evangelho.

O nosso compromisso com o Evangelho se alimenta e recebe estímulo em Jesus, fonte da missão, e no Espírito Santo, que nos encaminhará para a verdade plena (cf. Jo 16,12-13) e nos ensinará o que deve ser dito (cf. Lc 12,124).

2. INCULTURAÇÃO — AÇÃO DE DEUS EM JESUS CRISTO

A Encarnação é o fato mais significativo para os povos. Ela é a linguagem escolhida por Deus para comunicar-se com as pessoas e realizar o seu plano de salvação. Pela encarnação, Deus disse à huma-

nidade quem Ele é (cf. RMI, 5). Em Jesus Deus se faz "Deus CONOSCO" (cf. Mt 1,23). Nele a sua aproximação com a humanidade é para sempre e chega à sua plenitude (cf. Mt 28,20).

A Encarnação de Jesus não se limita ao seu nascimento, realiza-se em toda sua vida, dentro de uma determinada cultura, numa inserção que assume toda condição humana "em tudo, exceto no pecado" (cf. Hb 4,15).

No processo histórico da Encarnação do Filho Missionário do Pai e no contexto histórico cultural de um determinado povo, a Encarnação torna-se fonte inspiradora da inculturação do Evangelho, completada pelos mistérios da Páscoa e Pentecostes. "Assim a Nova Evangelização continuará na linha da Encarnação do Verbo" (SD 30). Entre Encarnação, Páscoa, Pentecostes e a Inculturação do Evangelho existe uma profunda analogia que deve ser considerada na evangelização das culturas.

A Igreja realiza e atualiza a inculturação à luz dos três grandes mistérios da salvação. A Natividade, pela vida, revela o caminho da inculturação de Deus feito homem, onde as diferenças têm lugar e não são obstáculos e a solidariedade humana com todos não impede tomar posições ante a dominação e a exploração de época. A Páscoa, nova e eterna aliança, é o ponto de chegada da missão de Jesus. O mistério da cruz explica todo o processo encarnatório. O Espírito Santo, que se manifesta no Pentecostes com toda a sua força, dá início à era do Espírito que faz reviver a "memória" de Jesus de Nazaré. O real contato com a vida e a história de Jesus é fonte de inspiração para uma evangelização inculturada: "O que vimos e ouvimos vo-lo anunciamos" (cf. Jo 1,3). O mistério de Deus revelado em Jesus Cristo torna-se "a luz verdadeira que ilumina todo homem" (Jo 1,9) para continuar a missão de Jesus e atingir, pela força do Evangelho, todas as culturas.

3. A INCULTURAÇÃO DO EVANGELHO

O Evangelho só existe encarnado em determinada cultura. A Boa Notícia vai ao encontro das pessoas em sua realidade cultural, como resposta de Deus aos anseios da humanidade e de todas as culturas.

Existem na A.L. muitas e diversas culturas, estas são positivas e devem ser conservadas e potenciadas. As culturas são um grande desafio para a Igreja local, que sempre deve ser inculturada e favorecer uma evangelização a partir das culturas.

O tema da inculturação do Evangelho nas culturas dos povos sempre esteve presente no caminho histórico da Evangelização, hoje, porém, esta preocupação "é particularmente aguda e urgente" (RMI 52).

A partir do Sínodo dos Bispos (1974) e da Evangelii Nuntiandi (1975), a inculturação do Evangelho nas culturas começa a puxar os fios dispersos e apagados para o grande eixo cultural, fazendo desta realidade a grande questão que envolve toda a práxis da Igreja. A Encíclica Redemptoris Missio, pois, entra de cheio no desafio da inculturação (RMI 52,53,54); a inculturação é também a temática original de Santo Domingo.

"A inculturação do Evangelho é um processo que supõe reconhecimento dos valores evangélicos (...) e outros valores que estão em sintonia com a mensagem de Cristo" (cf. SD 230). "Pela inculturação a Igreja encara o Evangelho nas diversas culturas, introduz os valores assumindo o que de bom nela existe, e renovando-a a partir de dentro" (RMI 52).

A inculturação do Evangelho é ação de Deus, através do seu espírito no interior de todas as culturas. O respeito e a acolhida das culturas em sua realidade específica, vai permitir que o Deus da vida manifeste a sua força criadora e transformadora e nasçam comunidades cristãs de rosto próprio.

4. AGENTES DE INCULTURAÇÃO NA A.L.

Partindo do fato que na A.L. não houve uma evangelização inculturada, torna-se urgente pôr em ação uma nova metodologia e novos agentes de evangelização. Trata-se de privilegiar e dar espaço ao protagonismo dos povos latino-americanos, postos ao silêncio por 500 anos de história.

Atualmente, os povos excluídos desse continente, saindo do seu silêncio milenar, começam a falar, a ocupar o seu espaço, a revelar a sua riqueza e a sua originalidade, passando assim do receber ao dar (cf. P 368) e tornando-se agentes de sua história.

Pela reinterpretação do Evangelho e de um novo encontro com Cristo, esses povos revelam que a inculturação do Evangelho só pode acontecer dentro da própria cultura e cosmovisão, e que o verdadeiro e legítimo agente da inculturação é a pessoa a quem se dirige o Evangelho.

O agente de fora acompanha os povos com a sua presença respeitosa e discreta, vai ao encontro quando precisa, torna-se solidário fazendo-se descobrir como amigo e irmão na caminhada da vida, como Jesus de Nazaré ao encontro dos discípulos de Emaús (cf. Lc 24,13ss).

A nova pedagogia evangelizadora orienta o missionário de fora a testemunhar o Evangelho sem impô-lo, a deixar-se questionar e a reconhecer novas expressões da mensagem e da vida cristã e a respeitar os valores da cultura da qual se aproxima. Ele deverá sentir-se hóspede e não dono na casa alheia, acompanhante e não dirigente, discípulo e não mestre, em processo de evangelização recíproca e de mútuo enriquecimento pelas experiências culturais e pela presença de Deus em todas as culturas. Assim sendo, a inculturação do Evangelho tornar-se-á um caminho solidário no amor e na doação recíproca, a serviço da vida e da esperança.

QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE:

1. Falar de culturas é falar de caminhos e dinâmicas diferentes, modos diversos de organizar, promover e defender a vida. Isto implica, portanto, a relação com o diferente, com o plural. Toda a relação gera troca, confronto, já que nenhuma cultura existe em compartimentos estanques, e, menos ainda, em um mundo com trocas cada vez mais rápidas de informação. Neste quadro é possível falar em *antivalores*, ou seria esta uma posição subjetiva pois o que nego como valor talvez um outro grupo veja como tal?

2. A resistência dos grupos minoritários está na sua identidade-diferença. Ela é a autodefesa contra projetos globais integracionistas. Quanto maior a identi-

dade, maior a diferença, a diversidade, a resistência, a riqueza cultural. Refletindo sobre o que você e seu grupo percebem como elementos culturais do povo mais simples e excluído no lugar em que estão inseridos, que atitudes pastorais concretas vocês desenvolvem para facilitar essa identidade cultural?

3. A base teológica de nossa preocupação com a cultura é o processo histórico da encarnação do Filho missionário do Pai em um dado contexto cultural. Rezando sobre o Jesus histórico, com os elementos que nos são dados pelos Evangelhos, que sinais da vida do Senhor podem iluminar nossa prática missionária inculturada?

ACOMPANHAMENTO VOCACIONAL

Pe. Victoriano Baquero, sj*
Brasília - DF

PRIMEIRA PARTE. OS ALICERCES

1. INTRODUÇÃO

Quando alguém lê os Planos de Formação das diferentes congregações sente-se como que impossibilitado de acrescentar algo novo. A expressão que me surge é: "pois coloque-se em prática tudo o que está aqui escrito e os frutos virão". O problema está em operacionalizar tudo o que se coloca nos Planos de Formação. Por isto atrevo-me a oferecer estas percepções pessoais com a esperança de que possam abrir caminhos práticos diante destas dificuldades.

2. O ESSENCIAL E O ACIDENTAL DO CHAMADO DIVINO

2.1. A VIDA É O CHAMADO ESSENCIAL. Geralmente colocamos a "vocaçao" num determinado acontecimento concreto da vida e não no próprio núcleo dela. Comumente colocamos a "vocaçao" na descoberta dela e não no momento mesmo de existirmos. A vocação é posterior ao ato da criação? Criação e vocação são duas realidades distintas ou a segunda decorre da primeira? Descobrimos, no tempo, o que já existia desde o mais profundo de nossa vida e configura a essência do homem. Ser "chamado" é da essência do

homem. "A vocação não é algo exterior ao homem, mas está inserida nas fibras de seu ser" (Castagnetti C., *Vocatione*, Nuovo Dizionario di Spiritualita, SP., Roma, 1978). As ocasiões históricas (graças atuais) que levam a descobrir o "chamado universal" são posteriores e não constituem o chamado. Elas são contingências concretas que descobrem o que já está em andamento pela força intrínseca do ser humano. O ocasionalismo vocacional consistiria em colocar o chamado mais nas ocasiões (graças atuais) do que no momento em que Deus plasma o homem com um projeto intrínseco de sermos "perfeitos como Ele é perfeito". O ato criacional que define o essencial da antropologia direciona o homem desde o primeiro momento de seu existir. As ocasiões, indicadores do essencial, são secundárias. E é sobre o alicerce do chamado fundamental que as ocasiões vocacionais terão seu valor relativo. Esta distinção, segundo meu parecer, precisa estar presente em todo processo vocacional para que possa chegar a dar frutos amadurecidos. Isso porque

2.2. PRECISAMOS DE CERTEZA ABSOLUTA. Para poder aderir ao chamado universal precisamos ter certeza absoluta que acabe, por sua vez, com toda dúvida e que elimine a pergunta impertinente e demolidora: "Será que tenho vocação?" Por força de revelação temos certeza absoluta da fé de que Deus nos chama à vida

* O Autor: jesuíta espanhol radicado há muitos anos no Brasil, pe. Victoriano Baquero Miguel, sj, é Orientador de Retiros e autor de vários trabalhos como "Autobiografia: processo terapêutico e integração". Trabalha atualmente no Centro Cultural de Brasília.

de perfeição para sermos “como Ele é santo”. Na base deste alicerce, é que podemos ter coragem de optar, livremente, por um modo de vida contingencial que nos leve, de fato, a realizar o chamado substancial. Deus determina o meu ser (essência) e eu determino o meu modo de viver a vontade universal de Deus. A palavra “pan-eis-teísmo”, elaborada por González Faus, teólogo espanhol, está a expressar que tudo quanto foi criado está orientado, por essência, para Deus. Ele determina, livremente, o essencial e o homem determina o accidental, o modo de viver o que Deus quer. (González Faus, José I., Projeto Hermano, Sal Terrae, Santander, 1987). A assimilação desta verdade de fé levará o(a) candidato(a) à VR a viver, desde dentro e não desde fora, o chamado à perfeição. Esta dimensão bíblica é de grande alcance na evolução da vida interior de toda e qualquer pessoa, tanto leiga como religiosa.

2.3. NUNCA TEREI CERTEZA ABSOLUTA DIVINA DO MODO DE VIVER O CHAMADO UNIVERSAL. Tenho certeza absoluta de minha destinação à santidade, não porém do modo de viver esta minha destinação divina. Nunca terei certeza absoluta (de fé) de que Deus me chama para a Vida Religiosa institucional e, muito menos, para viver o modo franciscano, jesuítico e salesiano. Isso porque Deus não é o criador dos modos franciscano, jesuítico ou salesiano, etc., de viver-se o chamado universal à santidade. Estas formas de Vida Religiosa são criações humanas realizadas na base do “chamado universal” à santidade. Os fundadores, fundadoras, das instituições religiosas, que são seres humanos, edificaram modos concretos de viver-se o “chamado universal à santidade”. Deus chama todo ser humano, a mim em concreto, desde os primórdios do existir para caminhar na direção dEle. “Saí do Pai e volto para o Pai.” Isso é o substancial de que tenho certeza da fé. O resto é accidental, é modo, deixado à nossa liberdade. Conseqüente-

mente, do modo de irmos para o Pai nunca teremos certeza divina e sim certeza humana. Deus escolhe minha existência orientada para Ele. Eu escolho o modo de viver essa existência finalizada. Assim, como Deus não é o criador dos modos de viver a vida, também não nos chama para determinado modo de vivermos o chamado à perfeição. Sempre terei certeza divina (da fé) na terra, no céu e no inferno de que sou um chamado à perfeição, porém nunca terei esta mesma certeza divina do modo de realizar essa destinação fundamental para Ele. Ela é fruto de minha escolha livre e inteligente. Deus, livremente, escolhe o meu existir orientado para Ele e eu, livremente, escolho o modo de viver a minha vida, já que não posso escolher o meu existir. Ser brasileiro não depende de mim, mas sim o modo de viver minha nacionalidade. Depende de mim o agir e não o existir finalizado.

2.4. O MODO É ACIDENTAL. Ser homem é essencial. O modo de viver minha vida é accidental. De algum modo tenho de vivê-la. Na escolha de viver minha humanidade posso acertar ou errar. O médico pode errar o modo profissional de realizar a sua vida. Os grupos religiosos são modos de realizar a vontade divina para atingir a salvação. Esse caminho, por ser humano, pode ter falhas ou ser menos adequado ao meu modo pessoal de viver o que Deus quer de mim. Posso errar na escolha do modo. Nunca, porém, na essência do chamado. Porque, mesmo deixando o modo religioso assumido, continuo com a mesma obrigação substancial de buscar a perfeição. Isto é necessário para chegar ao fim último, Deus. O modo é que está em discussão, não a essência do chamado. Na escolha humana, falível, de minha escolha livre. Mas é o suficiente para realizar o fundamental: realizar a vontade de Deus sobre mim. É por isso que posso errar na escolha do modo, porém nunca na escolha do essencial. Este trabalho precisa ser bem feito, junto aos candidatos, nos momentos em que se vão decidir por esta

ou aquela forma de vida religiosa. A escolha precisa ser lenta, pensada, analisada, meditada para que não venham posteriores dúvidas: "Será que eu tenho vocação?" É o tempo e o momento de tomar consciência de que não posso exigir de Deus e de mim certeza absoluta que vai além da minha capacidade opcional. Isso é violência contra a fé. E violência gera violência interior. É bem provável que a eterna dúvida sobre a decisão vocacional tenha como origem este exigir de Deus o que Ele não prometeu. Prometeu certeza absoluta da fé na obrigação de buscarmos a santidade, porém nunca nos prometeu a mesma certeza sobre o modo de chegarmos a ela. Isso fica à nossa livre opção. alguma coisa temos de decidir e arriscar. Quem não se arrisca, não petisca. Vale também para a opção de vida religiosa. Tentemos operacionalizar, traduzir em miúdos o tal de chamado à santidade porque é um conceito muito amplo.

3. OS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO CHAMADO UNIVERSAL

Dou ênfase toda especial ao chamado universal porque é sobre ele que devemos construir o aparelho da Pastoral Vocacional. No chamado universal (ênfático na *Lumen Gentium*) descobrimos dois elementos fundamentais, eixos da pastoral:

3.1. LIBERDADE DIVINA. Esta é o eixo fulcral sobre o que o resto vai girar. O ato criativo é essencialmente livre. Cria por amor e determina o projeto humano a ser vivido se quisermos voltar à fonte de origem. Este elemento não pode nem deve entrar no discernimento humano, pois o homem não pode discernir sobre o que Deus fez. A vontade divina ou se aceita ou se rejeita, mas não se pode discutir. A rejeição seria sinônimo de condenação eterna. O chamado divino, que se identifica com a nossa existência, nos dá a certeza divina da fé sobre o que devo fazer nesta vida. Decido apenas o modo de realizá-lo,

porém a substância do chamado não é assunto de minha liberdade. A nossa atitude deve ser como a de Cristo: "O meu alimento é fazer a vontade daquele que me enviou".

3.2. LIBERDADE HUMANA. O segundo ponto de apoio sobre o qual recai o trabalho da operacionalização é a nossa liberdade. Optar livremente pelo chamado à santidade é abrir-se ao diálogo temporal e eterno com o Criador que nos fez para Ele livremente. O contrário é assinar, de vez, a condenação da natureza humana à frustração eterna. Mas, uma vez que o homem opta por realizar a vontade salvífica divina, necessariamente, precisa escolher o modo humano de realizar o projeto divino sobre ele. Deus determina, livremente, o essencial para o homem e este determina, livremente, o accidental ou modo de viver, nesta vida. Se a opção for a favor do projeto divino, já podemos perceber o rumo a seguir pelo candidato à VR. Este deverá aprender formas de usar bem a liberdade. Uma pedagogia que favoreça o exercício das variadas formas de liberdade humana estará favorecendo, remotamente (indiretamente), a opção livre do modo de viver o chamado à perfeição. O desenvolvimento e traquejo no exercício da livre decisão é fundamental na Pastoral Vocacional aqui proposta. É a pastoral proposta por Cristo. Esta liberdade humana precisa ser exercitada em cada um dos três elementos constituintes do chamado à perfeição:

3.2.1. OPÇÃO LIVRE PELA CONSAGRAÇÃO. O chamado à perfeição exige da pessoa a aceitação irrestrita do projeto salvífico de Deus. Exige que ela coloque todo o seu ser, precisamente, ao serviço do mesmo Criador. É nada mais nada menos do que a vivência do primeiro dos mandamentos: "Amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração,... A vivência desse mandamento é para todos. Também para os que optaram pela VR. Por isso se fala em Vida Consagrada a Deus. Se o simples fiel vive esta consagração fundamental, teremos garantias de que a viva no modo

consagrado da VR. Exercitando os(as) jovens nesta opção livre pela consagração ou vivência do primeiro mandamento, estaremos preparando os futuros candidatos à VR, ou à perfeição. Ao mesmo tempo exercitaremos a liberdade dos candidatos sobre o elemento constitutivo, próximo e concreto, do chamado fundamental à perfeição. Se o candidato vive, antes de optar pela vida religiosa, este passo fundamental, teremos a garantia confiável de que continuará vivendo-o depois de ter optado pela forma de VR. Mas o exercício da liberdade não termina na consagração a Deus.

3.2.2. OPÇÃO LIVRE PELA COMUNHÃO. O chamado divino ou vontade salvífica de Deus, além da consagração, exige o passo da comunhão com Deus, consigo, com os outros e com toda a natureza criada. A evolução da consagração leva a pessoa à comunhão, Corpo Místico com seus semelhantes. Uma primitiva e radical presença desta comunhão dá-se na sociabilidade humana pela qual alguém se torna membro de uma sociedade civil que, bem assimilada, será a melhor preparação remota para vivenciar-se como membro de uma comunidade religiosa. Essa comunhão aponta as atitudes a serem vividas perante Deus, Criador de si mesmo, dos outros e do universo total. Evoluir nesta área da comunhão é evoluir na área do chamado universal à santidade. "Quem ama as coisas criadas que vê, ama ao seu Criador que não vê". E da comunhão nascerá, conseqüentemente, a

3.2.3. OPÇÃO LIVRE PELA MISSÃO. Tanto a comunhão quanto a consagração remetem, por essência, à missão. O fiel cristão está lançado para uma realização concreta na vida. Ele deve agir segundo a vontade divina que se traduz numa missão global e determinada (função vital). É um enviado à terra (como Cristo) para realizar uma missão pessoal. "Saí do Pai e volto para o Pai". Essa é a nossa missão universal, mas o modo de viver essa missão tem de ser determinado pela pró-

pria pessoa. O envio a este mundo está relacionado com o fazer neste mundo onde vive e mora. Sua missão diz referência ao mundo em que se encontra. Certamente, que estará marcada pela presença 'da Lei natural' de "fazer o bem e evitar o mal". A missão é que vai ser discernida na base das qualidades pessoais e propostas das formas de VR. Cada grupo religioso apresenta sua missão, seu carisma. O que terei de fazer dentro desta forma de vida religiosa para realizar, nesta vida, o convite universal à santidade? Estou diante de uma nova opção. Estou exercitando, uma vez mais, o meu poder de escolher livremente. Se a pessoa candidata, antes de entrar no grupo religioso, vive de alguma forma essa missão futura, então teremos garantias de que depois continue vivendo a missão do grupo religioso onde pretende entrar.

Acontece que, segundo Xavier Pikaza, os elementos constitutivos da Vida Religiosa são, precisamente, os três elementos constitutivos do chamado à perfeição de todo ser humano (Pikaza, Xavier. *Esquema Teológico da Vida Religiosa*. EP. SP. 1982). Os elementos da VR são: consagração, comunhão e missão. Onde está a diferença? Na radicalidade em viver esses elementos. Assim como a fé, esperança e caridade, virtudes teologais do fiel cristão, não são diferentes das virtudes teologais do religioso. Qual é a diferença? A radicalização na vivência. Mas, neste exercício de operacionalização do chamado universal, ainda temos outros aspectos a considerar e reforçar.

4. MANIFESTAÇÕES PRIMICIAIS DO CHAMADO UNIVERSAL

Este viceja em todo ser humano. Chamado e palavra divina são sinônimos. E a palavra divina não fica parada. Ela é dinâmica como a "chuva e a neve que fecundam os campos dando frutos" (Is 55,11). Então, como poderemos perceber, nas pessoas, as manifestações comportamentais do chamado à perfeição?

4.1. LEI BIOLÓGICA DA VIDA. A vida inicia generalizada e caminha do geral para o especial. Do não-específico para o específico. Do universal e indiferenciado para o especial diferenciado. Numa palavra, é evolutiva. Caminha de um estágio mínimo, primitivo, de perfeição para um ponto máximo de acabamento. Do inacabado para o acabado. A função entra em ação quando o órgão está apto para agir. Pular essas etapas é violentar o organismo humano. E violência traz consigo violência que se manifesta em condutas raras. A Pastoral Vocacional deverá trilhar este caminho: "Do universal nasce o individual, pessoal. Os santos e fundadores das congregações religiosas viveram, primeiramente, o chamado universal e chegaram a encarná-lo de modo pessoal. Cada santo viveu, ao seu modo, a vocação universal. E esse modo pessoal de viver o universal constituiu o carisma fundacional. Cada cristão (pessoa) precisa descobrir seu carisma pessoal, partindo da vocação universal. Assim, como a vida vem do geral ao particular, do mesmo modo, a lei biológica se aplica à vida espiritual. O perigo está em querer colocar sobre o candidato o carisma individualizado antes de ter assimilado o chamado universal à vida do Reino. É queimar etapas o que leva, por sua vez, a futuras crises espirituais. O chamado universal sempre existiu, existe e existirá porque ele vem de Deus. Os modos, carismas de viver-se o chamado podem mudar e até desaparecer. De fato, muitas formas de VR mudaram e desapareceram, como os estilitas e outros, centenas de grupos religiosos que desapareceram no fim do século e inícios do século XX. Até poderiam desaparecer todas as formas atuais de VR, porém o chamado universal continuaria a cutucar o interior humano que o levaria a descobrir novos modos de realizar o chamado segundo as necessidades do mundo atual. O chamado é a "Lei biológica divina" que, por força intrínseca, leva o ser humano a desenvolver-se e aperfeiçoar-se. Isso obedece a um "chamado vital" de acabamento psicobiológico. Este

dinamismo evolutivo coloca em movimento todos os aspectos da vida até o transcendental e religioso. Por força da própria vida, ele precisa evoluir para que o homem chegue ao seu amadurecimento terminal. Este dinamismo engloba consagração, comunhão e missão embutidas no chamado universal à santidade. É lei universal no seu âmbito somático, psicológico e espiritual. Ele está no candidato à VR. Porém, precisa ser posto em ato e desenvolvido.

4.2. LEI NATURAL ÍNSITA NO CORAÇÃO HUMANO. No âmago do homem e de todas as sociedades humanas há uma exigência interna: "Fazer o bem e evitar o mal". É a conhecida Lei Natural porque nasce da própria intimidade humana (da natureza). Esta lei é uma tradução vivencial do chamado universal à santidade. Esta lei universal se abre em subdinamismos cardeais formando as tendências para o bem em formas de prudência, justiça, fortaleza, temperança etc. Cada uma das virtudes cardeais é um modo específico de realização do chamado universal à perfeição. Dando ênfase a estas virtudes naturais estaremos reforçando o dinamismo fundamental sobrenatural da vontade salvífica de Deus de que todos os homens se salvem.

5. TRADUÇÕES BÍBLICAS DO CHAMADO UNIVERSAL

A vontade salvífica de Deus tem variadas configurações próximas na literatura bíblica.

5.1. NO ANTIGO TESTAMENTO. Apresentaremos três formulações consagradas:

5.1.1. CRIATURIDADE. A figura primigênia da revelação bíblica está configurada na expressão do Deus Criador do céu e da terra (Gn 1,1ss). O Deus Criador cria o mundo para manifestar sua glória, o que é uma tradução da vontade divina salvadora. O homem, criado por Deus, existe para "amá-lo sobre todas as coisas".

É conscientizando o candidato à VR deste mandato divino que poderá optar, depois, pelos modos concretos de realizar tal mandato sobre a terra. Este princípio fundamental é o que levou Santo Inácio de Loyola a santificar-se e fundar a Companhia de Jesus.

5.1.2. IMAGEM DE DEUS. Talvez, a tradução divina mais feliz de toda a Bíblia com relação ao chamado universal à santidade esteja concretizada nesta genial expressão do autor sacerdotal do Gênesis. Ela implica a obrigação humana de ser “como Deus” no ser, no agir e no sentir, porque é consequência de ser sua imagem. O homem participa da natureza divina no seu ser, pois lógico e psicológico que participe da natureza divina no seu agir. O “sede perfeitos como vosso Pai celeste é perfeito” de Cristo, sem dúvida, é um desdobramento à afirmação bíblica de sermos “imagens do Deus Criador” que é o nosso Pai.

5.1.3. ALIANÇA. A terceira tradução do chamado universal está largamente expressa no conceito bíblico (metáfora) de Aliança. O Deus criador se compromete a cuidar de sua obra, se a sua obra humana cuidar do seu Deus. A história do povo bíblico é a história da aliança guardada por Deus e quebrada pelo povo. O candidato à VR precisa viver a fidelidade à aliança com Deus, já antes de entrar na VR, pois esta é uma radicalização da aliança do povo.

5.2. TRADUÇÕES DO CHAMADO UNIVERSAL À SANTIDADE NO NOVO TESTAMENTO. Inumeráveis são os textos que nos revelam, de modo próximo, a vontade salvífica de Deus:

5.2.1. VÓS SOIS O SAL DA TERRA. Esta afirmação evangélica é um modo de revelar ao cristão estar chamado à perfeição. O que o sal é para a vida, isso deve ser o cristão na vida do Reino. Sem dúvida que Cristo diria: “Eu sou o sal da terra e vós sois, como Eu, o sal da terra”. O que Cristo realizou na sua vida é o que o fiel cristão deve realizar para chegar à perfeição exigida pelo plano eterno de Deus.

Neste imperativo de Cristo está embutida a vontade salvífica de Javé ao criar-nos. Viver sobre a terra esse chamado de Cristo como fiel cristão é garantia de vivê-lo posteriormente na VR.

5.2.2. VÓS SOIS A LUZ DO MUNDO. A luz parte de um foco luminoso e se espalha em todas as direções. O chamado é o foco original e as irradiações iluminam a força básica e dinâmica do imperativo divino de sermos santos, como Ele é Santo. Cristo diria: “Eu sou a luz do mundo e vós sois, como Eu, luz do mundo”. Ser luz do mundo é um modo de viver o chamado universal de imitar Deus. Deus é luz. Nós somos luz, como Deus. Viver como luz do mundo é estar realizando a vontade universal de Deus de que todos se salvem.

5.2.3. FILHOS DE DEUS. A filiação remete à natureza da paternidade. “Se filhos, herdeiros de Deus...” Nossa herança é Deus mesmo. Isso é tradução evangélica do chamado a vivermos como filhos do Pai. A nossa herança substancial é o mesmo Deus. O que significa ser “chamado a viver na casa do Pai”.

5.2.4. TEMPLOS DO ESPÍRITO SANTO. Finalmente, uma tradução altamente motivadora do chamado universal é a afirmação de sermos templos do Espírito Santo. Desenvolver esta faceta da templaridade espiritual é favorecer eficientemente a evolução dinâmica do imperativo divino de sermos santos. “Sede santos porque eu sou santo.” Muitas outras expressões do NT poderíamos apresentar como traduções concretas de viver-se o chamado à santidade. Porém apresentarei traduções existenciais vividas no mundo dos jovens. E, por serem deles, nos podem ajudar a conscientizá-los do motor íntimo e último que as gera dentro do coração juvenil: a vontade salvífica de Deus.

5.3. TRADUÇÕES JUVENIS DO DINAMISMO UNIVERSAL À SANTIDADE. Este toca fortemente no psiquismo juvenil de todas as épocas, especialmente na nossa, filha da modernidade:

5.3.1. **DESCOBERTA DO PRÓPRIO EU.** É na adolescência (14-16 anos) que aparece a inquietante pergunta dentro do psiquismo jovem. Quem sou? Para que estou neste mundo? O que devo fazer nesta vida? Essas perguntas nascidas no íntimo do jovem são emanções psicológicas da vontade salvífica que orientou o ser humano para Ele desde o nascer e que irrompe, fortemente, da adolescência para a frente. O Criador abre a inteligência do jovem para descobrir o fim de sua existência finalizada. É neste momento psicológico que o jovem pode descobrir e aderir ao projeto divino sobre ele. Este questionamento é uma arrebatada psíquica do chamado universal para Deus. O questionamento é genérico, porém a resposta cristã é concreta. A esta pergunta, de certo modo, corresponde a resposta dada pelo escritor sagrado do Gênesis, ao dizer-nos que Deus criou o céu e a terra para glória dEle.

5.3.2. **NECESSIDADE DE INDEPENDÊNCIA.** O jovem, descobrindo-se, sente a necessidade psicológica de desvencilhar-se de imposições. É uma nova forma de explodir o chamado à perfeição. O homem precisa ser livre. Os filhos de Deus são levados pelo Espírito de Deus. Os filhos são livres e vivem o amor do Pai. Os que temem são os escravos. O chamado de Deus vai na direção da libertação, da independência do jugo opressor. Deus é amor. Deus é liberdade. Momento adequado para apresentar aos jovens a verdadeira liberdade e independência diante da dependência anárquica que é uma forma de escravidão.

5.3.3. **IDEALISMO INCONFORMADO.** Ele aponta para metas muito altas e generosas, o que é manifestação do chamado existencial à perfeição. Os ideais de Deus sobre a pessoa pipocam de modo efervescente no coração do jovem. Este precisa descobrir que seu inconformismo nasce de uma fonte profunda colocada por Deus nele, e que o impulsiona para "ser perfeito como Deus é perfeito". O idealismo juvenil é o broto do imperativo divino

de sermos perfeitos. E do idealismo nasce o desejo de

5.3.4. **NOVIDADE E DE ORIGINALIDADE.** O que nunca foi feito, o que chame a atenção, o que bata novas marcas (recordes), isso é o que fascina interiormente o jovem. É um traço carismático do chamado. "Ser perfeito como o Pai" é ser chamado a realizar um projeto único e irrepetível. Cada ser humano é portador de um único e irrepetível projeto divino e individual. Ser acabado, plenificado e único. O original. Isso explica a comichão de originalidade experimentada pelo jovem. E esta necessidade conduz para a

5.3.5. **REALIZAÇÃO PROFISSIONAL.** Na descoberta do eu, nasce a necessidade de realizar um projeto de vida. A profissão. O que fazer na vida e como realizar-se nela. Essa ânsia de realização vai motivar esforços, estudos, sacrifícios para atingir seu fim. Isso é também um modo vivência de traduzir-se externamente o imperativo evangélico da perfeição no agir. É o momento oportuno de apresentar ao jovem a alternativa da realização profissional religiosa. A quem, doravante, pretende servir? "Não servirei a Senhor que possa morrer" é expressão imortal de São Francisco de Borja ao ter de jurar, diante do cadáver da imperatriz de Espanha, que aquela, que estava decomposta, era a Imperatriz Isabel. O jovem também sente esta necessidade de optar por um modo de vida profissional.

5.3.6. **RELIGIOSIDADE.** Na pergunta sobre a sua origem e finalidade, o jovem descobre que existe um ser absoluto e fonte de toda a vida. Que atitude pode e deve assumir perante esse ser que o interpela e questiona? Pesquisas sobre jovens levaram a concluir que ele é interiormente religioso. Que não é nem arreligioso nem irreligioso, mas altamente religioso. Esta religiosidade é a eclosão natural do núcleo fundamental deixado por Deus no coração de todo ser humano. É o pan-eis-teísmo ou orientação intrínseca do homem para o

Absoluto. É a palavra divina, semeada no íntimo do homem que germina em diversos modos religiosos de irmos ao encontro desse Ser que nos lançou na órbita da existência e quer que orbitemos ao redor dEle até voltarmos a Ele. O estudo antropológico do homem nos leva a descobrir uma vontade salvífica divina que já foi intuída e descrita por Santo Agostinho. "Fizestes-nos para Vós e o nosso coração não descansará até voltar a Vós." Todos estes bueiros abertos pelo poder intrínseco do chamado universal à perfeição estão a exigir uma canalização psicopedagógica que dê vazão ao poder energético deste imperativo divino oculto no humano e, especialmente, no juvenil.

6. FORÇAS INTRÍNSECAS FAVORECENDO A PASTORAL VOCACIONAL

Esta não parte da estaca zero. Todas as instâncias apresentadas lutam a favor da realização do chamado universal. Isto exige uma pedagogia positiva que, partindo destas necessidades, leve o jovem a estudar alternativas dos modos de vida para escolher deles o mais radical na realização do potencial espiritual que arfa dentro de si mesmo. Parece-me que, nas Pastorais Vocacionais, se constrói a vocação sobre alicerces pouco realistas e, por vezes, afastados do mundo psíquico dos fiéis. Parte-se de princípios muito elevados para os quais o jovem não tem base psicológica. As motivações externas se superpõem às motivações internas que não são tomadas em conta. A vocação é considerada como algo que vem de fora e não como algo que vem de dentro. Talvez se coloque o carisma como ponto inicial, quando deveria ser o ponto final. O carisma é algo específico que é posto sobre os ombros do jovem quando ainda não descobriu o carisma universal de ser perfeito como Deus é perfeito. Numa pastoral vocacional que siga os passos acima, acredito que voltaremos à perseverança dos 93% dos candidatos à

VR. Esta foi a Pastoral de Cristo, onde de 12, perseveraram 11.

SEGUNDA PARTE. O ELEMENTO DAS OCASIÕES VOCACIONAIS.

1. INTRODUÇÃO

Ao fato bíblico da vontade salvífica de Deus corresponde outro que precisamos considerar em qualquer tipo de Pastoral Vocacional: "a presença constante das ocasiões (graças atuais) no acordar vocacional". Pretendo analisar o seu valor psicológico e teológico no processo da escolha da Vida Religiosa. Qual o seu valor e como favorecê-lo no processo vocacional.

2. A CONSCIENTIZAÇÃO DO FATOR "OCASIÕES VOCACIONAIS"

O que entendemos por ocasião vocacional? É todo elemento, estímulo externo ou interno, estranho à causa (pessoa) provocador de respostas em cuja presença a pessoa(causa) age. Por exemplo: a presença de um mendigo provoca a resposta de dar uma esmola. A presença do mendigo é o motivo, ocasião, de a pessoa ser movida a dar uma ajuda. A ocasião supõe existir antes a causa. Aquela possibilita a ação da causa. Eu coloco, como ocasião de descobrir o chamado universal, todas as estimulações da vida que movam as pessoas a ser boas ou melhores. A tendência a ser bom já existe antes da ocasião. Esta apenas atualiza aquela. Algo semelhante acontece com o chamado universal à santidade e as ocasiões que o fenomenizam. Este pre-existe àquelas (ocasiões). No meu modo de ver, colocou-se o chamado, durante séculos, nas ocasiões e por isso surgiu a persistente e demolidora dúvida sobre a vocação à Vida Religiosa. Porque uma ocasião, graça atual, não dá, de si, mais do que ela pode, que é indicar o que está por detrás dela. No caso do pobre, manifesta o

imperativo divino da misericórdia inserido no coração humano. À miséria humana corresponde na pessoa uma tendência que move à misericórdia perante o indigente. No caso da vocação, manifesta o desejo salvífico de Deus que se manifesta na tendência para ser perfeito como Deus é perfeito. Quando se fala de vocação à Vida Religiosa, pela experiência e observação continuada, descubro que vocação foi mais identificada com as ocasiões do que com o chamado fundamental. Isto é altamente perigoso para o processo posterior de perseverança, como se viu na crise vocacional religiosa durante décadas passadas. **A ocasião, ou graça atual, é aleatória, fugidia e ambígua.** É só analisar as crises vocacionais individuais e coletivas de recente história para perceber. Isto pode explicar a persistente e perversa dúvida nas pessoas consagradas sobre “será que tenho vocação?”. Na prática, colocou-se a vocação mais no acessório do que no substancial.

2.1. TIPOLOGIA DAS OCASIÕES VOCACIONAIS. Como afirmamos, elas estão sempre presentes em todo processo das pessoas que optaram pela vida consagrada. Fizemos um levantamento dessas ocasiões entre 96 religiosos/as. Do sexo feminino eram 79 e 17 do sexo masculino. Indicaram como fator marcante da opção:

- a) o exemplo de pessoas religiosas53
- b) as necessidades do povo e do Reino 14
- c) contatos diretos com religiosos/as08
- d) desejo profundo de entrega a Deus (sem indicar estímulo externo)21

Não entraremos em maiores detalhes sobre a classificação das ocasiões, pois o que nos interessa, no momento, é vermos que sempre estão presentes em todo processo vocacional dos consagrados/as na VR. Por agora, nos contentaremos em es-

tudar o seu valor psicológico e teológico, e como favorecê-las num projeto de Pastoral Vocacional.

2.2. O VALOR PSICOLÓGICO DAS OCASIÕES. Qual é o seu valor na Pastoral Vocacional? Elas indicam a vontade salvífica de Deus. São sinaleiras das avenidas que levam a Deus, mas não são nem as avenidas nem as estradas. Indicam onde estamos. Não podemos identificar estas com aquelas. Seria fatal e fonte de perenes dúvidas que afligem, anos a fio, tanta gente na VR. A ocasião, por si mesma, é aleatória e possui muitos dos traços do “acaso”. Quantas coisas acontecem na vida ao acaso e tendemos, supersticiosamente, a dar-lhes valor de manifestação divina. Ver um gato preto na rua, nesta tendência supersticiosa, seria sinal de que virão acontecimentos trágicos. É uma aplicação do princípio universal supersticioso de que “depois disto, logo virá algo por causa disso”. Tive um pensamento de ser religioso porque vi um padre vestido de batina ou uma religiosa de hábito, logo tenho vocação para ser religioso ou religiosa. Alicerçar o chamado à santidade na ocasião é imprudente e perigoso. Aquela, por si mesma, é muito subjetiva, fugidia e tenebrosa. O poder supersticioso das ocasiões é evidentemente trágico, especialmente quando se trata de vocação religiosa ou sacerdotal.

2.3. ELAS SÃO PONTO DE PARTIDA. As ocasiões nunca deverão ser ponto final no processo da PV. Ponto final significaria que elas constituem o chamado. Isso seria fatal para a pessoa que entrasse na VR. **Elas são pontos de partida que precisam ser reforçados para podermos caminhar na direção da avenida do chamado antropológico à perfeição.** “Estou na vida religiosa porque minha mãe, que era muito piedosa, queria uma filha religiosa. Eu me senti na obrigação de satisfazer o desejo de minha mãe. Ela morreu e agora me pergunto: será que tenho vocação?” Eu te respondo: “és chamada por Deus para seres perfeita, prescindindo de

tua mãe ser piedosa ou não. O desejo de tua mãe foi a **ocasião** de desabrochar em ti aquele chamado divino. Agora te perguntes: queres ou não, livremente, seguir o imperativo de Deus? Escolhes agora o modo de viver o que Deus quer? A primeira característica da vocação religiosa ou sacerdotal é ser uma escolha livre. Porque os filhos de Deus são livres. Deus não quer escravos no seu reino. Deus não empurra ninguém para ser religiosa/o. Por outro lado, o desejo da mãe está aí, como ponto de partida e nunca como ponto final. A ocasião de estares no convento foi o desejo de tua mãe. Partindo deste desejo, desta situação vocacional, recua até descobrires, dentro de ti, o imperativo divino que te chama à perfeição, como Ele é perfeito. Do desejo materno, recua até o desejo divino paterno. E se, livremente, agora quiseses seguir o desejo divino, bendito seja o desejo materno que foi o ponto de partida para descobrires algo mais profundo e decisivo na tua vida. Até no inferno serás alguém chamada à perfeição. Mesmo que não tenhas consciência, és sempre chamada por Deus à santidade. Não por seres cristão, mas por seres ser humano. Esta lei é universal e atinge a todas as pessoas, como tu. As ocasiões são como pirilampos que descobrem realidades ocultas na escuridão da noite. Deste modo, devoções intensas, fortes consolações, frases significativas, apelos contínuos, intuições repentinas, decisões feitas sob intensas motivações, etc., podem e devem ser, neste tipo de PV, pontos de partida e nunca ponto final. Ficar rodopiando, anos a fio, sobre fatos esporádicos e mágicos, é condenar-se a uma indecisão estéril e frustrante, porque as ocasiões vocacionais nunca nos poderão dar mais do que elas podem. Se não podemos e devemos colocar nelas a vocação à VR, então qual é o seu valor teológico neste processo?

2.4. O VALOR TEOLÓGICO DAS OCASIÕES (GRAÇAS ATUAIS). Se elas não são o chamado, então o que são? Como discernir os apelos verdadeiros dos falsos?

2.4.1. SEMPRE ESTÃO PRESENTES. Observamos pelas pesquisas que sempre se acham presentes no processo vocacional à VR e que, de fato, desencadearam uma série de decisões que, em muitos casos, terminaram na escolha de uma forma de VR. Se sempre estão presentes, qual é o seu valor teológico? “O que se move, sempre é movido por outrem.” Quem move nestas ocasiões estimuladoras vocacionais? Qual é o lugar da ação direta de Deus neste processo vocacional? Se essa ação divina está sempre presente nos casos pesquisados, poderíamos afirmar que tais intervenções se dão em todos os casos? Não estaríamos diante de um fenómeno espiritual universal correspondente e paralelo ao fenómeno universal do chamado à santidade? Pois, para que o chamado universal possa ser ativado necessitaria de intervenções periódicas divinas que colocassem as pessoas em condições de realizar esse imperativo universal. Ao chamado universal corresponderiam estas intervenções individuais que chamamos graças atuais? Atuais porque estão presentes no psiquismo humano e porque colocariam em movimento a tomada de consciência do imperativo divino de que todas as pessoas se salvem. Este fenómeno divino teria seu respaldo na verdade teológica de que Deus é o ser Infinito-indistante. Entre Ele e a pessoa humana não há distância. Ele não precisa gritar para fazer-se ouvir. Está dentro do ouvido humano. Nós, igualmente, não precisamos gritar para que nos ouça. Ele está nos músculos de nossa fonação. Santo Inácio de Loyola dizia que “só Deus pode entrar e sair da alma humana sem aviso prévio”. Tudo isso porque Ele está sempre presente. Por outro lado, um ser infinitamente bom como é Deus, necessariamente tende a comunicar-se. É da essência da bondade comunicar-se e dar aos outros os seus bens. Consideradas estas ocasiões-vocacionais como graças atuais, então descobrimos a necessidade do discernimento para separar as verdadeiras das falsas e mágicas. E, uma vez descobertas, como reforçá-las?

2.4.2. RETOMADA HISTÓRICA. É conveniente, e até necessário, que o candidato à VR historie (faça o "tombamento") as situações que nele despertaram o desejo da VR para atualizar o imperativo divino à santidade. Essa história deve ser bem detalhada, concreta e recolher o máximo de dados do acontecimento para posteriores elaborações e considerações. A finalidade deste "tombamento" é

2.4.3. IDENTIFICAR, DO MELHOR MODO POSSÍVEL, A ENTRADA DIVINA NA PESSOA. A consciência histórica é necessária para identificar o momento e evento que se ligou à aparição do questionamento vocacional à VR. Ele pode e deve ser, no caso de autêntica graça atual, o fermento, o grão de mostarda, tesouro escondido que está a exigir a renúncia de tudo para comprá-lo. Esta identificação poderá levar a

2.4.4. TOMARMOS CONSCIÊNCIA OBJETIVA da relação existente entre determinado estímulo vocacional e o imperativo divino de sermos santos como Deus é santo. O candidato, descobrindo a relação íntima entre o evento, estímulo externo, e o modo concreto de viver o chamado universal, poderá converter o evento-vocacional num dos pilares básicos de sua vida. Em todo este trabalho de retomada precisa estar presente o

2.4.5. DISCERNIMENTO ESPIRITUAL. Separar o que há de aleatório, romântico, casual e o que há de divino. Neste sentido, o candidato deve prestar atenção ao seu modo de agir no passado para identificar modos adquiridos de superstição, magia, etc., pois isto poderia viciar todo o processo vocacional. Vive o fatalismo divino de que "se Deus chama, eu não tenho outra escolha?". É um sentimento novo, diferente dos outros sentimentos comuns da vida? Vem carregado de luz interna e de convicção interior de que Deus está querendo algo da pessoa? O que fazer no caso de termos convicção de que vem de Deus?

2.4.6. TORNÁ-LO PONTO DE REFÊRENCIA. Uma vez que se acredita, por discernimento, na autenticidade da moção (graça) atual, esta precisa tornar-se ponto referencial da vida pessoal. Como fazer isso? Torná-la motivo de oração orientando as petições a Deus, a partir do fato-vocacional. Rogando a Deus para que ajude a desvendar o sentido profundo e último de tal experiência. Fazer orações precisas dirigidas a Deus na base da experiência que levou à idéia de VR. A estas petições devem acrescentar-se reflexões e mediações sobre aqueles eventos vocacionais que despertaram o desejo de uma forma de vida mais radical. Reforçar tal experiência com textos bíblicos, com leituras de vidas de santos e com exemplos da história religiosa presente. Tudo isso para que a experiência inicial se torne ponto central sobre o qual gire a vida toda da pessoa, pois constitui o "kairós" da irrupção de Javé sobre essa pessoa. A partir dele, chegar mais ao âmago do chamado universal à santidade. Deste modo, que o cultivo da graça atual vocacional tenha como finalidade última levar o candidato a perfurar em si, até a rocha viva da vontade salvífica de Deus, traduzida na expressão de "sede santos porque Eu sou santo". Só assim o valor teológico das ocasiões pode ser resgatado e aproveitado plenamente neste processo vocacional. Pois, se ela foi a origem histórica do processo vocacional, então é preciso que continue presente por toda a vida da pessoa.

2.4.7. RECURSOS PRÁTICOS QUE VENHAM A REFORÇAR ESTAS GRAÇAS ATUAIS. O candidato/a precisa elaborar um credo próprio sobre o valor e origem divina de tal apelo. Da mesma forma, criar um ato, por analogia com o credo, de esperança sobre a perseverança em tal apelo e, finalmente, também elaborar um ato semelhante ao de fé e esperança, de amor em que manifeste sua adesão ao apelo divino. A criatividade tem de entrar em jogo para manter viçoso tal chamado. De que modo? Escolhendo textos



Prezado Assinante:

Rio de Janeiro, RJ
1º de maio de 1995

Somos seres imersos no tempo e no espaço, dimensões bem concretas de nossa existência. É aí que acontece o agir de Deus que penetra o agir da pessoa. Mas este agir de Deus não é concorrente nem oponente ao agir humano. É transcendente. Não se esgota no agir humano. É, outrossim, imanente. Mas não é separável como um em si. Entre o agir de Deus e o agir da pessoa há uma profunda unidade situacional. Deus entrelaçou o divino e o humano numa rede de dependência e de harmonia real e simbólica inquebrantável. *A história é o lugar do encontro com Deus.* O lugar da experiência de Deus é a totalidade da vida. Pela lei da encarnação é na totalidade da vida: social, psicológica, política, profissional, religiosa... através da ambigüidade e dos condicionamentos da história e de sua opacidade que se dá a ação de Deus. Este é o lugar para a experiência de Deus ser CRISTÃ. O Deus de Jesus Cristo tem de ser experimentado na história.

O homem e Deus estão à procura um do outro para estabelecer entre si comunhão. Esta comunhão do homem com Deus só pode se realizar por uma mediação. Entre nós, criaturas, e Deus, Criador, não há relações interpessoais imediatas. *Deus está ausente do campo de nossa experiência.* Podemos conhecê-lo pelo raciocínio. Pela razão natural, a partir de suas obras, com certeza, podemos chegar a Deus. Mas não entramos em comunhão imediata com ele. Inferimos, não intuimos. Há uma distância essencial que nos separa de Deus a exigir uma mediação que una extremos. Mesmo quando Deus surge no mais profundo silêncio interior da pessoa, quase dispensando alguma mediação, de fato interferem elementos imaginativos humanos, material sedimentado nas camadas longínquas do inconsciente, relíquias afetivas do passado, imagens e símbolos aprendidos de universos culturais dados. Tudo isto se faz mediação.

O cristianismo é uma religião de mediações. A experiência do invisível sempre se dá no contexto do visível. Desde o princípio, a revelação de Deus e sua comunicação se dão por mediações. Por elas se torna sensível a presença do Senhor. Oxalá chegue o dia, quanto antes, no qual toda a realidade se apresente diáfana, teofânica, como se a imanência e a transcendência se fundissem em cristalina transparência. As coisas não são Deus, mas Deus está em todas elas.

A devoção a Maria, Imaculada, Mãe de Deus, Mãe de Jesus, é mediação favorável para se concretizar a experiência cristã de Deus. Maria encarna, de modo concreto, o que a teologia está em condições de conhecer sobre o amor de Deus e sua realização. Nela, o cristão experimenta o que é a fé, o que pode o amor, como a esperança dá força. Ninguém passa pelos caminhos de Maria sem que ela o ame e o encaminhe a Jesus. *E JESUS é a sinfonia de abertura de toda experiência de Deus.* De modo misterioso, querido por Deus, a economia da graça que se identifica com o mistério de Cristo é afetada pela contribuição de Maria no mistério, ou seja, o caráter mariano é um matiz no desígnio salvífico de Deus e em sua realização, uma vez para sempre em Cristo.

A salvação da pessoa consiste na comunhão com Deus que lhe é concedida pelo encontro existencial com Jesus Cristo. Quem o vê, vê também o Pai. A salvação se dá sempre em Cristo, quando alguém nele se insere, cabeça do corpo, tronco para os ramos. *A salvação se decide neste estar EM CRISTO.* Maria, porém, é ponto de referência importante neste empreendimento. Esteve unida a ele de modo único no plano biológico, espiritual, religioso, existencial. Quem se aproxima de Maria se encontra também numa relação estreita com Cristo. Coloca-se em seu seguimento que conduz nossa vida a Deus, seu Pai. Maria é parte do mistério de Cristo. Venerando a Virgem Maria, descobrimos que a salvação de Jesus não é somente mais sublime do que pensamos. É, também, muito mais humana. A vida do Povo de Deus, no Oriente e no Ocidente, mostra que Maria, por sua materna capacidade de iniciativa solícita e seu poder de intercessão, é caminho privilegiado que conduz ao Senhor.

Maria é lembrança insistente à operosidade apostólica; à coragem e constância proféticas nas conjunturas complexas e inseguras. É energia imperceptível, quase clandestina, mas real e indomável contra qualquer superficialidade espiritual. A presença de Maria e o seu culto favorecem uma fidelidade dinâmica à vocação e à percepção de sua beleza. Consagrar-se a ela diariamente.

Desejando-lhe aquela PAZ que tem ressonâncias messiânicas porque exprime a paz do próprio Deus, nosso sumo BEM, subscrevo-me,

atenciosamente

Pe. MARCOS DE LIMA, SDB
Redator-Responsável/Convergência